

REVISTA DA **ASTRAL**

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas



10 anos pela sintonia entre o legislativo e o cidadão

TV SENADO: HÁ 17 ANOS ATUANDO COM TRANSPARÊNCIA

REDE LEGISLATIVA DIGITAL SE EXPANDE E FIRMA PARCERIAS

SEMINÁRIOS DISSEMINAM CONTEÚDO PELO PAÍS

AS VANTAGENS E DESVANTAGENS NOS MODELOS DE CONTRATAÇÃO



SONY
make.believe

Projetos Integrados Sony

Soluções e serviços para
sua emissora governamental
e instituição pública.

- Instalação • Montagem • Treinamento operacional
- Câmeras de estúdio e externa • Ilhas de edição
- Sistemas de servidores centralizados e integrados
- Gravadores • Matrizes • Monitoração de sinais de áudio e vídeo • Iluminação • Central técnica

Projetos já instalados no Superior Tribunal de Justiça (STJ),
Câmara dos Deputados e Fundação Teleducação do
Ceará (FUNTELC), entre outros.

Projetos em andamento: Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal
Superior do Trabalho (TST), Universidade Federal de Goiás (UFG)
e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



FIFA WORLD CUP
Brasil

Sony é um Patrocinador
Oficial da FIFA

Entre em contato para mais informações: projetobroadcast@am.sony.com

Astral, 10 anos: Uma rede para a cidadania

A percepção de que a cooperação mútua e a troca de experiências seriam atitudes decisivas para o desenvolvimento das emissoras legislativas foi o que inspirou o nascimento da Astral, há 10 anos. Ainda pouco familiarizado a uma atividade até então exótica à burocracia estatal, o parlamento brasileiro se viu diante do desafio de criar, manter e expandir uma emissora de televisão, que surgia em nome da transparência dos atos públicos, mas carregava um desafio duplo: vencer a desconfiança externa e a burocracia interna.

Passados mais de 10 anos, o cenário mudou, mas não ficou muito distante do que prognosticavam os fundadores da Astral. Até os mais ácidos críticos das tevês legislativas reconheceram a seriedade deste trabalho, mais visível nacionalmente por meio das tevês do Senado e da Câmara dos Deputados, mas igualmente bem conceituado nos Estados, por meio das tevês Assembleias e das câmaras municipais.

Aos poucos, essas emissoras, reunidas na Astral, conquistaram a confiança também de diversos agentes públicos e privados. A Astral tornou-se parceira das demais associações que passaram a compor o autodenominado “campo público” e retomaram as grandes discussões sobre o ressurgimento de uma televisão pública forte e autônoma. Também tem sido solidária às redes privadas, naquelas causas que lhes são comuns.

Substituíram-se as velhas repartições realizadoras de produções audiovisuais institucionais por emissoras de televisão estruturadas e maduras, cuja produção, redação e edição trabalham muito além da imagem institucional, em favor da cidadania. Hoje, são as emissoras de rádio e televisão do poder legislativo que mais crescem no país. E o fazem dentro de um modelo inovador, digno de reconhecimento, fortemente calçado nos princípios de racionalidade e economicidade, além de ancorado a outro princípio que deveria estar igualmente relacionado nos manuais do Direito Administrativo: solidariedade.

Superada a difícil caminhada de quem se ati-

“

Aos poucos, essas emissoras, reunidas na Astral, conquistaram a confiança também de diversos agentes públicos e privados. A Astral tornou-se parceira das demais associações que passaram a compor o autodenominado “campo público” e retomaram as grandes discussões sobre o ressurgimento de uma televisão pública forte e autônoma. Também tem sido solidária às redes privadas, naquelas causas que lhes são comuns.”



Gradativamente, hoje e mais definitivamente quando ocorrer o apagão do sistema analógico, a partir de 2015, milhões de brasileiros perceberão a presença do parlamento dentro de suas casas, inclusive com conteúdos interativos acessíveis por controle remoto.”

ra a um propósito difuso, a Astral ganhou nova e decisiva injeção de ânimo: o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. A louvável conquista do direito de transmitir os sinais em multiprogramação, obtida com a perseverança dos nossos associados representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, junto ao Ministério das Comunicações, abriu um caminho de oportunidades que muito nos apraz explorar, pela dimensão transformadora da política que ele potencialmente detém.

A Rede Legislativa de TV Digital permite que cada cidadão brasileiro acompanhe a atividade do parlamento nas três esferas da Federação. E isso já acontece, com a introdução paulatina dos canais digitais abertos e gratuitos. Gradativamente, hoje e mais definitivamente quando ocorrer o apagão do sistema analógico, a partir de 2015, milhões de brasileiros perceberão a presença do parlamento dentro de suas casas, inclusive com conteúdos interativos acessíveis por controle remoto.

E o que seria um sistema gigantesco e pesado, se conduzido por um único ator, revela-se exemplar, do ponto de vista da boa gestão pública. Todo esforço administrativo, jurídico e político para compartilhar custos como os de transmissão, produção e capacitação, demonstra a entrega e a maturidade dos nossos gestores na busca de soluções econômicas e revela cuidado na gestão dos recursos públicos.

A revista da Astral pretende mostrar este novo universo das tevês legislativas, sua responsabilidade e inexorável crescimento. Os cases de sucesso; a criatividade de quem faz televisão com pouquíssimos recursos; a garra dos servidores e funcionários por trás deste trabalho; a experiência de quem já é grande, mesmo comparado aos padrões mundiais de broadcasting, apesar de um orçamento infinitamente inferior às grandes redes privadas; as novidades do mercado; os recursos técnicos; a troca de conteúdos. Esta será nossa pauta.

E na trilha deste crescimento, será a Astral o ponto de convergência e de encontro, o grande foro dos debates, da capacitação e do alinhamento institucional, entendido como o uso responsável e politicamente correto desta ferramenta feita para uso do cidadão, pelo parlamento, para a sua própria transformação.

Rodrigo Lucena

*Presidente da Astral e
diretor da TV Legislativa de Minas Gerais*

TV Câmara de Porto Alegre ingressa na Rede Legislativa de TV Digital

Objetivo é levar a Rede a todas as cidades do País

Porto Alegre passou a integrar oficialmente o grupo de capitais que está no ar em sinal digital com quatro emissoras legislativas em um mesmo transmissor. A iniciativa foi possível, pois no último dia 21 de outubro, a Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a Câmara Municipal de Porto Alegre assinaram acordo para participação da TV legislativa local na Rede Legislativa de TV Digital.

Na prática, a TV Câmara (61.1), que iniciou sua transmissão na capital gaúcha há um ano; a TV Senado (61.3); a TV Assembleia do Rio Grande do Sul (61.2); e a TV Câmara Municipal de Porto Alegre (61.4), que está no ar em caráter experimental há dois meses, passam a ingressar na Rede oficialmente.

Este processo é conhecido como “multiprogramação”, recurso que permite a transmis-

são de quatro emissoras independentes de televisão em um mesmo canal.

Agora, além de Fortaleza e São Paulo, o público gaúcho também pode ter acesso à programação dessas emissoras.

Pelo acordo, a Câmara dos Deputados investiu cerca de R\$ 3 milhões na compra dos equipamentos para a transmissão digital e a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal se responsabilizaram pelas despesas operacionais e de manutenção. “A grande vantagem da rede legislativa é o compartilhamento de equipamentos e a redução dos custos da operação. Assim, vamos universalizar o sinal da TV Câmara e das TVs legislativas parceiras e fazer com que cada cidadão brasileiro possa acompanhar diretamente os trabalhos do Parlamento, ampliando a transparência e a participação popular”, defendeu a presidente do Comitê Gestor de

TV digital da Câmara dos Deputados, Sueli Navarro.

Parcerias

A TV Câmara, em parceria com as assembleias legislativas ou com as câmaras municipais, já está no ar em sinal aberto, gratuito e digital em 20 cidades: São Paulo, Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Palmas (TO), Cuiabá (MT), Vitória (ES), Goiânia (GO), Manaus (AM), São Luís (MA), Barretos (SP), Bauru (SP), Ribeirão Preto (SP), Jaú (SP), Jacareí (SP), Piracicaba (SP), Tupã (SP), Sete Lagoas (MG) e Uberaba (MG). Ao todo, são 42 milhões de pessoas com acesso à programação da Câmara, que tem como objetivo levar a Rede Legislativa de TV Digital a todas as cidades do País.

“A grande vantagem da rede legislativa é o compartilhamento de equipamentos e a redução dos custos da operação.

Assim, vamos universalizar o sinal da TV Câmara e das TVs legislativas parceiras e fazer com que cada cidadão brasileiro possa acompanhar diretamente os trabalhos do Parlamento, ampliando a transparência e a participação popular”

Sueli Navarro

Presidente do Comitê Gestor de TV digital da Câmara

ESPECIAL 18

TV Senado: 17 anos ajudando a dar transparência aos trabalhos do Senado



ASTRAL

PRESIDENTE

Rodrigo Barreto Lucena
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

1º VICE-PRESIDENTE

Evelin Maciel
Câmara dos Deputados

2º VICE-PRESIDENTE

Sérgio Figueiredo
TV Câmara de Ribeirão Preto

DIRETOR TÉCNICO

Wanderley de Oliveira
Assembleia Legislativa do Mato Grosso

SECRETÁRIO GERAL

Afonso Lopes
Assembleia Legislativa de Goiás

TESOUREIRO

Guilherme Brandão Minassa
Câmara Municipal de Belo Horizonte

CONSELHO FISCAL

| TITULARES

Marisa Elisete Libardi
TV Câmara dos Vereadores de Piracicaba - SP

Antônio Magalhães

TV Assembleia Legislativa de Pernambuco

Maurício Pandolphi

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

| SUPLENTE

Suelen Costa
Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Pedro Motta Lima

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

CONSELHO TÉCNICO

Marcos Amaral Rainho Ribeiro
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Carlo Antônio

Câmara Municipal de Itajaí - SC

Vicente Romano

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Luís Flávio Menezes

Câmara dos Deputados

Evandro Castanheira Lacerda

Câmara Municipal de Lavras - MG

ASTRAL - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

SGAS 902 – Ed. Athenas – Bloco C
Salas 120/127 – Asa Sul – CEP: 70390-020
Brasília | DF – www.astral.org

CAPA 8

Astral comemora dez anos de compromisso



31 RELAÇÃO TRABALHISTA

Modelo de contratação em xeque

38 EVENTOS

Emissoras das três esferas da Federação se mobilizam para formar a mais poderosa rede de TV nacional

EXPANSÃO 24

Para crescer, as rádios legislativas apostam em programação de qualidade



44 SEMINÁRIOS

Workshops disseminam informação em diversas cidades do País



EMBRASEC
EDITORA & EVENTOS
www.embrasec.com.br

ADMINISTRAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA:

Rua Olivério Guaranha, 41 | CEP: 02415-080
São Paulo - SP | Tel.: +55 (11) 2979-0806

EDITOR

Andreza Queiroga | MTB 35.540/SP
redacao@radioenegocios.com

PUBLICIDADE

Edmilson Oliveira
comercial@embrasec.com.br
edmilson@embrasec.com.br

ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Faria de Oliveira
anamaria@embrasec.com.br

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Janaína Cavalcanti
jan_ac@hotmail.com

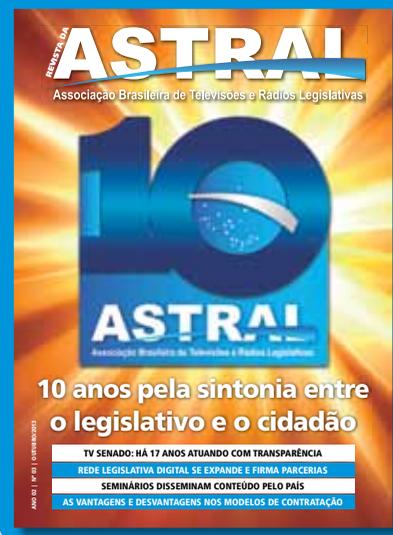
REVISÃO

Isabel Alencar
alencar.isabel@gmail.com

IMPRESSÃO

Gráfica Meltingcolor

REVISTA DA ASTRAL
ANO 02 | Nº 03 | OUTUBRO/2013



Astral comemora dez anos de compromisso

Associação se destaca pelo seu comprometimento em defender os interesses e atuar como representante das emissoras legislativas de todo o País

POR | ANDREZZA QUEIROGA*

Fundada em 13 de julho de 2003, em um hotel em Brasília (DF), a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) comemora agora seus dez anos de existência. Seu nascimento - ocorrido com a presença de associados, como Marilena Chiarelli, Paulo Roberto Guerra Mitozo, Rodrigo Barreto de Lucena, Wanderley de Oliveira, Francisco Eronildo da Silva, Maria do Carmo Raymundo Limas, Sueli Aparecida Navarro Garcia, Érico Valduga, Roberto T. Fernandes, Raymundo Luiz da Silva, Oton Correa Barreto, Hélcio Corrêa, Max Fabiano Barros Gomes, Cláudio R. P. Schuster e Rodrigo Otávio Costa Machado - se deu depois de outra tentativa frustrada de fundação, em 2002, durante um evento denominado Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo (Secomlegis II), patrocinado pela então União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na oportunidade, os técnicos ligados à área de televisão e de comunicação

das casas legislativas presentes criaram a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Abratel) cuja notícia foi publicada pelo jornal do Senado como a “criação de uma associação que favorecia a integração de emissoras de rádio e televisão legislativas”. Na nota, destacou-se que esta associação era um dos resultados do II Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo (Secomlegis) e visava promover a troca de experiências entre os veículos de comunicação e representar o interesse de seus associados junto a poderes, órgãos e entidades públicas. Entretanto, de acordo com Rodrigo Barreto Lucena, fundador, atual presidente e diretor da TV e Rádio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por conta de diversas falhas na realização da assembleia de fundação e de reclamação de uma associação que já detinha o registro do nome Abratel, foi decidida a realização de uma nova assembleia para cumprir todas as exigências formais para fins de registro em cartório. Foi, então,

“Estamos em um momento em que a Astral apresenta seu maior potencial de crescimento e busca soluções para permitir que todas as casas legislativas do País possam desenvolver seu canal ou, pelo menos, ter participação numa parte da programação de um canal legislativo, abrir perspectiva de grande autonomia na sua comunicação direta com a sociedade”

Rodrigo Barreto Lucena

Presidente da Astral e diretor da TV Legislativa de Minas Gerais

que houve a definitiva assembleia de criação da Astral, cujo nome foi sugerido pelo representante da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, Rodrigo Otávio Costa Machado.

A partir daí, a Astral iniciou um trabalho de mobilização e de organização de eventos com o objetivo de inserir-se legitimamente como representante das emissoras legislativas, junto aos órgãos públicos, e obter o reconhecimento também junto às demais organizações do que se passou a convencionar “campo público” da televisão brasileira. A expressão “campo público” foi cunhada durante os encontros dos presidentes das associações das emissoras públicas e educativas (Abepec), Jorge Cunha Lima, das televisões universitárias (ABTU), Gabriel Priolli; das televisões comunitárias (ABCCOM), Fernando Trezza; e das legislativas (Astral), Rodrigo Lucena.

Neste momento, segundo o próprio Lucena, surgiu, também, a intenção de se realizar um grande evento para reunir todo o “campo público” e discutir questões como o acesso ao sinal aberto e gratuito, as formas de financiamento, a produção de conteúdo e o modelo de negócio de cada uma dessas emissoras, que fundamentalmente buscavam firmar-se nacionalmente a partir de sua caracterização, importância e papel constitucional, visto que a constituição brasileira fala em sistema público e complementar ao sistema privado. “Daí surgiram os dois grandes eventos que marcaram a tentativa de renascimento, ou de revigoramento, da televisão pública no Brasil, que foram o I e II Fórum Nacional de TVs Públicas, realizados em 2007 e 2009, respectivamente”, diz. Alguns anos depois, a Astral também participou da Conferência Nacional de Comuni-



Antonio Vital, chefe do núcleo de jornalismo da TV Câmara do DF em entrevista sobre o Legislativo em rede nacional

“Além da participação decisiva da associação nos debates sobre o sistema público de comunicação, comemoro algumas das realizações que aponto como fundamentais: montagem da Rede de Televisão Legislativa; troca de conteúdos entre as emissoras que faz parte da rede e cobertura conjunta de eleições”

Sueli Navarro



Sueli Navarro, fundadora da Associação e presidente do Comitê TV Digital da Câmara dos Deputados

cação, realizada pelo Governo Federal. Para Lucena, todos esses eventos serviram para afirmar a posição da Astral e a consolidação do projeto de desenvolvimento das televisões e rádios legislativas, já então com a perspectiva de solução para a questão do sinal aberto com a implantação do sistema brasileiro de TV digital, com ampla participação dos representantes das casas legislativas. “Hoje, além de reconhecida nacionalmente, a Astral atua como principal articuladora da Rede Legislativa de Televisão Digital, uma iniciativa pioneira no uso da multiprogramação, que divide um só canal digital em quatro programações para as três esferas da república: Senado e Câmara, assembleias legislativas e câmaras municipais. Trata-se de um projeto inovador, econômico e que tem demonstrado toda a sua viabilidade, com o aumento contínuo de criação de novas emissoras digitais nos municípios de todo o País”, afirma.

Segundo Antônio Vital Medeiros de Moraes, chefe do núcleo de jornalismo da TV Câmara do Distrito Federal, a articulação para a Rede Legislativa de Televisão Digital é um ponto importante na história da Astral. “A associação, nos últimos dois anos, tem apoiado em diversas instâncias a formação desta Rede. Uma iniciativa da Câmara dos Deputados que pretende levar aos lares de todos os brasileiros o sinal das emissoras legislativas municipais, estaduais e nacionais (TV Câmara e TV Senado). Graças à tecnologia da TV digital, o mesmo canal pode ser subdividido em quatro, independentes entre si: TV Câmara, TV Assembleia, TV Senado e TV Câmara Municipal”, explica.

COMO ESTÁ A REDE LEGISLATIVA DE TV DIGITAL



O QUE É

Criada em 2006, a partir de acordos firmados pela Câmara dos Deputados com as assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, a rede usa o recurso da multiprogramação da TV digital para disponibilizar aos telespectadores a programação da TV Câmara, da TV Senado e da TV da Assembleia Legislativa Estadual. A quarta programação é a das câmaras municipais. A rede já está no ar em dez lugares. Em outros quatro os equipamentos já estão comprados e os canais digitais devem entrar no ar este ano. Em 40 os canais já foram concedidos e as emissoras estão em diferentes fases de implantação. Há ainda 140 pedidos de canais feitos ao Ministério das Comunicações.

NO AR

- 1 Barretos (SP)
- 2 Belo Horizonte (SP)
- 3 Brasília (DF)
- 4 Fortaleza (CE)
- 5 Jaú (SP)
- 6 Manaus (AM) - parceria da TV Senado
- 7 Porto Alegre (RS)
- 8 Ribeirão Preto (SP)
- 9 São Paulo (SP)
- 10 São Paulo (39 municípios da região metropolitana)
- 11 Uberaba (MG)

EQUIPAMENTOS COMPRADOS

- 1 Cuiabá (MT)
- 2 Goiânia (GO)
- 3 Palmas (TO)
- 4 Vitória (ES)

COM CANAIS JÁ CONCEDIDOS

(e em diversas fases de instalação)

- | | | |
|---------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 1 Americana (SP) | 15 Franca (SP) | 28 Recife (PE) |
| 2 Araras (SP) | 16 Guarujá (SP) | 29 Rio Branco (AC) |
| 3 Araraquara (SP) | 17 Jacareí (SP) | 30 Salvador (BA) |
| 4 Bauru (SP) | 18 Jundiaí (SP) | 31 Santos (SP) |
| 5 Botucatu (SP) | 19 Lavras (MG) | 32 São Carlos (SP) |
| 6 Campinas (SP) | 20 Marília (SP) | 33 São José do Rio Preto (SP) |
| 7 Caraguatatuba (SP) | 21 Mogi das Cruzes (SP) | 34 São Paulo (SP) |
| 8 Cubatão (SP) | 22 Natal (RN) | 35 Sete Lagoas (MG) |
| 9 Divinópolis (MG) | 23 Ourinhos (SP) | 36 Sorocaba (SP) |
| 10 Praia Grande (SP) | 24 Penápolis (SP) | 37 Tupã (SP) |
| 11 Bragança Paulista (SP) | 25 Piracicaba (SP) | 38 Uberlândia (MG) |
| 12 Atibaia (SP) | 26 Pouso Alegre (MG) | 39 Valinhos (SP) |
| 13 Itu (SP) | 27 Presidente Prudente (SP) | 40 Votorantim (SP) |
| 14 Florianópolis (SC) | | |

CAPITAIS ONDE A TV SENADO VAI LEVAR O SINAL

- | | |
|---------------------|-----------------------|
| 1 Belém (PA) | 6 Rio de Janeiro (RJ) |
| 2 São Luís (MA) | 7 Curitiba (PR) |
| 3 João Pessoa (PB) | 8 Macapá (AP) |
| 4 Maceió (RN) | 9 Boa Vista (RR) |
| 5 Campo Grande (MS) | 10 Teresina (PI) |

Conquistas

Para Wanderley de Oliveira, fundador e superintendente de TV da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, a fundação da Astral representa o sonho de alguns pioneiros, que já pensavam, há dez anos, neste compartilhamento de informações entre os estados. “Decidimos fundar a associação mesmo diante de dificuldades, pois, na época, o executivo ainda tinha resistência em dar mais voz ao legislativo. Enfrentamos este gargalo, pois nosso objetivo era criar uma rede legislativa que, somente hoje, vemos acontecer. Há uma década, já imaginávamos este intercâmbio entre as emissoras”, diz. “Estamos em um momento em que a Astral apresenta seu maior potencial de crescimento e busca soluções para permitir que todas as casas legislativas do País possam desenvolver seu canal ou, pelo menos, ter participação numa parte da programação de um canal legislativo, abrir perspectiva de grande autonomia na sua comunicação direta com a sociedade, hoje intermediada, bem ou mal, pelos veículos de comunicação”, acredita Lucena.

De acordo com Oliveira, o próximo passo é colocar todas as emissoras no satélite para que todos possam compartilhar o conteúdo, trocar informações e, assim, oferecer melhores serviços. “Nós não imaginávamos que, em dez anos, estaríamos onde estamos. Tínhamos este sonho, mas não acreditávamos nesta evolução tão rápida, o que, para nós, é motivo de comemoração, já que temos a necessidade de dar transparência ao poder legislativo. O povo anseia por informação, quer saber o que acontece e acompanhar os atos de seus parlamentares e a Rede Legislativa e

objetivos da Astral vão de encontro a isso. Trata-se de uma ideia consolidada e que agora visa ir para o satélite”, explica.

Para Evelin Maciel, fundadora e coordenadora da Rede Legislativa de Rádio e TV da

Câmara dos Deputados e 1ª vice-presidente da Astral, depois de 10 anos, a associação caminha para a consolidação de seu papel como representante das emissoras de rádio e TV do poder legislativo brasileiro. “A legi-



Evelin Maciel, fundadora e primeira vice-presidente da Astral

“A legitimidade da tomada de decisões baseada em casos concretos dos que já fazem TV e rádio a mais tempo, faz com que a Astral tenha um importante papel ao incentivar e viabilizar a troca de experiências”

Evelin Maciel

timidade da tomada de decisões baseada em casos concretos dos que já fazem TV e rádio há mais tempo, faz com que a Astral tenha um importante papel ao incentivar e viabilizar a troca de experiências. Somado a isso, a revista da Astral, a cada número, cria uma memória fundamental para a história das TVs e rádios legislativas. Numa perspectiva histórica, estes registros serão muito importantes. Além disso, também facilita o acesso às informações que interessam a todos e organiza as informações sobre quem somos, onde estamos, o que fazemos e de que forma”, afirma. Segundo ela, a Astral permanece preocupada com a programação que cada emissora

legislativa coloca no ar. “Mas vale lembrar que não queremos provocar uma corrida para a criação de TVs legislativas, diante da perspectiva de estarmos em canal aberto, que gere um alto custo para os municípios. Então a troca gratuita de conteúdo deve ser muito incentivada pela nossa revista, ao mostrar as boas iniciativas que podem ser exibidas por todos sem custos”, crê.

Sueli Navarro, fundadora da Associação e presidente do Comitê TV Digital da Câmara dos Deputados, acredita que a criação da Astral se deu por uma série de pontos. “A televisão revolucionou costumes, ditou comportamentos, lançou moda e participou dos momentos mais

importantes da história de países. A disputa do mercado de televisão no Brasil e no mundo é grande. Os números do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são reveladores: 95,1% das residências possuem aparelhos de televisão. Na grande maioria dos países da Europa o desenvolvimento deste mercado se deu em cima das emissoras públicas, apesar de hoje já existirem grandes grupos privados de comunicação nestes países. No Brasil, a história do desenvolvimento da televisão se deu de forma diferente. A radiodifusão no Brasil nasceu pública, em 1923, criada por Roquete Pinto e Henrique Moritze, mas, com o passar



A nova diretoria da Associação se reúne para debater temas a serem trabalhados

do tempo, a propriedade deste meio de comunicação mudou e acabou por consolidar-se pela influência da indústria da comunicação de mercado, e assim permanece. A ausência de regulamentação, a falta de legislação específica para o serviço público de radiodifusão levaram o País a desenvolver um modelo de práticas que atende às necessidades dos “proprietários” (legítimas quando privados) e quando público, configura apropriação indevida. Portanto, estamos longe de possuir um sistema verdadeiramente público de comunicação e esta realidade nos levou a criar a Astral”, resume.

Segundo ela, o grupo que participou da fundação entendeu que o desenvolvimento das sociedades modernas pressupõe democracia e organização, ou seja, participação por meio da representação democrática. “A história está cheia de exemplos a nos apontar que as transformações nas estruturas da sociedade aconteceram depois de grandes movimentos organizados. Defendo que o fortalecimento do sistema público de comunicação no Brasil só se dará quando as organizações que fazem parte deste campo enfrentarem os desafios: regulamentação do setor; financiamento estável; univer-

salização do sinal digital, aberto e gratuito; gestão independente tanto do estado como de comerciais e controle social por meio de conselhos; proibição de exibição de publicidade de produto ou serviço”, acredita. Navarro conta, ainda, que desde a fundação até hoje, a organização participou de todos os fóruns de debates, reuniu-se com o governo para discutir políticas públicas para o setor e deu uma grande contribuição ao debate democrático na sociedade. “Além da participação decisiva da Associação nos debates sobre o sistema público de comunicação, comemoro algumas das realizações que aponto como fundamentais: montagem da Rede de Televisão Legislativa; troca de conteúdos entre as emissoras que fazem parte da rede e cobertura conjunta de eleições”, complementa.

Associados

A Astral também pode comemorar sua credibilidade em seu nicho nestes dez anos. Prova disso é a adesão de cada vez mais associados. Para a Assembleia Legislativa do Maranhão, sua filiação à Astral se deu por entender que a associação “é a melhor forma de unirmos es-

forços no sentido de fortalecer as emissoras legislativas e dotá-las de mecanismos eficazes e eficientes de gestão, controle e troca de conteúdos. O associativismo é o caminho para uma ação coletiva que nos leve a compartilhar problemas e soluções. Juntos, realmente somos mais”, afirma Adalberto Melo, diretor da TV Assembleia do Maranhão. Segundo ele, daqui pra frente, a expectativa é que seja possível diminuir as distâncias regionais “e promover constantes intercâmbios, e que a Astral seja a articuladora desta grande rede”.

De acordo com Thiago Dias, diretor de comunicação da Câmara de Vereadores de Joinville, se associar à Astral permite que sua rede participe e contribua com as discussões e o desenvolvimento da Rede de TV Legislativa, obter subsídios sobre como montar a sua emissora e, da mesma forma, em um futuro próximo, poder contribuir com outras câmaras que também estiverem por implementar suas emissoras. “A Astral nos possibilita absorver o know-how e compartilhá-lo, o que fortalece ainda mais todo o processo. A associação é um produto de excelente qualidade, com discussões bastante pertinentes e esclarecedoras, que passam segurança para

“O povo anseia por informação, quer saber o que acontece e acompanhar os atos de seus parlamentares. E a Rede Legislativa e os objetivos da Astral vão de encontro a isso. Trata-se de uma ideia consolidada e que agora visa ir para o satélite”

Wanderley de Oliveira

quem inicia sua TV e ajuda a instigar na busca por qualidade e desenvolvimento. A Astral é um instrumento que ajuda a fortalecer a Rede de TV Legislativa por todo o País”, acredita.

De acordo com o diretor-geral da Fundação Paulo Jackson-Canal da Assembleia da Bahia, Acúrcio Vaz, a importância da Astral é evidente, tanto é que se associou por acreditar tratar-se de uma instituição que congrega TVs e Rádios Legislativas de todas as regiões do Brasil. “A Astral promove a integração entre todos os atores que atuam nesse contexto e reforça o setor de Comunicação Legislativa em

todos os seus níveis: Senado Federal, Câmara Federal, assembleias legislativas e câmaras municipais. Dentre as vantagens de nossa associação à Astral, estão a promoção do intercâmbio e troca de informações com as demais TVs Legislativas, participação de eventos técnicos e maior possibilidades de parcerias”, diz. Segundo Vaz, a Revista da Astral também merece destaque, por se tratar de um importante meio de comunicação para os profissionais que integram o Sistema Nacional de Comunicação Legislativa. “É uma divulgadora das inovações tecnológicas, das mudanças da

legislação sobre operação de TV, enfim, nos abre a possibilidade de estarmos sempre sintonizados e informados com a Rede de TVs Legislativas”, crê. Para ele, daqui pra frente, as perspectivas são cada vez melhores, especialmente nesse momento de expansão e interiorização da Rede de TVs Legislativas.

Trajetória

Marcada por uma série de acontecimentos, a Astral destacou-se pela dedicação ao seu propósito desde sua fundação. Primeiramente, pontua-se o

VISLUMBRANDO UM FUTURO DIGITAL

A ideia da Rede Legislativa de TV Digital e do compartilhamento do canal digital surgiu de conversas e articulações iniciadas antes mesmo da implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), no âmbito da Astral. Já circulava no meio da radiodifusão informações sobre a eficácia do sistema japonês e da possibilidade de adoção da multiprogramação. Efetivamente, a proposta foi levada a cabo, num momento seguinte, pelas representantes da Câmara dos Deputados na Astral, Evelin Maciel e Sueli Navarro, no âmbito da Câmara dos Deputados, e, paralelamente, na TV Senado, pela direção daquela emissora.

“Elas levaram a cabo, na prática, a proposta em torno da qual foi criada a Astral, em 2003. Ou seja, a associação visava formar uma rede de emissoras legislativas federais, estaduais e municipais”, recorda-se Antônio Vital, ex-presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas. “Outro personagem importante nessa história de sucesso é Antônio Denardi, então secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa de São Paulo, com quem a Câmara dos Deputados firmou a primeira parceria em torno da TV digital”, completa ele.

Este objetivo de ter uma rede digital se concretizou a partir de 2006, ano em que o Brasil

definiu seu modelo de TV digital. Foi, neste momento, que se abriu um mundo de possibilidades para as emissoras públicas e quando o governo e as emissoras começaram a pensar pela primeira vez no chamado operador único de rede.

“As discussões ainda eram relativamente incipientes quando, em um seminário sobre TV digital organizado pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara, Evelin Maciel fez a sugestão de usar a multiprogramação permitida pela nova tecnologia para viabilizar a expansão dos canais legislativos federais, estaduais e municipais, Brasil afora. A proposta foi formatada e transformada em um projeto de lei, que passou a tramitar na Câmara e que permitia o compartilhamento dos canais digitais pelas emissoras públicas”, relata Vital.

No Senado, simultaneamente, também foi desenvolvido um projeto, com escopo semelhante, porém com objetivos de parceria mais orientados às capitais do País. Com isso, ampliaram-se ainda mais as perspectivas de expansão da rede de emissoras legislativas digitais. Atualmente, a presença da rede tem se transformado em um desejo de assembleias e câmaras municipais, na busca da consolidação de um projeto de comunicação autônomo e viável economicamente, em razão do compartilhamento.

“A Astral promove a integração entre todos os atores que atuam nesse contexto, fortalece o setor de Comunicação Legislativa em todos os seus níveis”

Acurcio Vaz

processo de registro e consolidação formal da associação. Após sua inauguração na cidade de Brasília (DF), foi preciso correr contra o tempo para efetivar o registro e inscrever a entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Paralelamente à busca de sua identidade, a Astral iniciou, em 2004, a articulação em torno de uma de suas principais demandas: a autorização para funcionamento das TVs legislativas em sinal aberto.

REDE LEGISLATIVA DIGITAL DE TV SE EXPANDE

A Câmara dos Deputados, por exemplo, em parceria com o Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, tem implantado a Rede Legislativa de TV Digital. No ano passado, a rede fechou com um público potencial de 36 milhões de brasileiros que estão sob a cobertura do sinal. Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Jaú, Barretos, Ribeirão Preto, Uberaba e Manaus se integraram ao sinal digital. Para este ano, mais de uma centena de cidades já estão interessadas em instalar a Rede Legislativa. O projeto garante a expansão do sinal das emissoras legislativas ao menor custo possível. Para isso, é usado o recurso da multiprogramação que permite que o mesmo canal seja compartilhado por quatro emissoras diferentes. A TV digital chega às casas dos telespectadores de graça, em sinal aberto, 24 horas no ar.

A Câmara assinou acordo de parceria com o Senado Federal que prevê a instalação da Rede Legislativa em todas as capitais brasileiras. Cada casa legislativa ficou responsável pela implantação em 13 capitais. Sob respon-

sabilidade da Câmara estão as capitais São Paulo (SP), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Palmas (TO), Cuiabá (MT), Goiânia (GO), Vitória (ES), Salvador (BA), Natal (RN), Rio Branco (AC), Recife (PE) e Florianópolis (SC). Ao Senado coube a instalação em Manaus (AM), Belém (PA), São Luís (MA), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Campo Grande (MS), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Macapá (AM), Boa Vista (RR), Teresina (PI), Porto Velho (RO) e Aracaju (SE).

Nas capitais, a rede está em operação em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre. No interior de São Paulo, Barretos, Jaú e Ribeirão Preto já operam em caráter experimental. Em dezembro de 2012, foram inauguradas as operações de Uberaba e Manaus, esta última por iniciativa do Senado Federal. Em dezembro, a Câmara dos Deputados adquiriu por pregão mais quatro sistemas de TV digital. O gasto total com estas aquisições foi de 4,1 milhões de reais. No primeiro semestre de 2013, foram inau-

guradas as operações de Palmas, Cuiabá, Vitória e Goiânia. Serão mais quase 7 milhões de telespectadores em potencial.

Os sistemas de TV Digital para Recife, Natal e Rio Branco ainda estão em processo de licitação. Porém, as operações de Salvador e Florianópolis já se encontram em fase de negociação para a implantação em parceria com as assembleias e câmaras municipais. As demais capitais brasileiras receberão o sinal da Rede Legislativa em operações do Senado Federal, parceiro da Câmara.

Este ano, devem ser inauguradas as operações em mais 37 cidades no interior de São Paulo e Minas Gerais. São elas: Lavras, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Divinópolis e Uberlândia; Campinas, Jacareí, Bauru, São Carlos, Tupã, Ourinhos, Americanas, Araras, Araraquara, Assis, Botucatu, Caraguatatuba, Cubatão, Praia Grande, Bragança Paulista, Atibaia, Itu, Franca, Guarujá, Jundiaí, Limeira, Marília, Mogi das Cruzes, Penápolis, Piracicaba, Presidente Prudente, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Valinhos e Votoratim.

No período compreendido entre 2005 e 2007, a Astral atingiu um de seus objetivos mais importantes, ao se posicionar definitivamente como referência na representação das emissoras legislativas de todo o País. Não apenas a participação em toda a organização do Fórum Nacional de TVs Públicas, ocorrido em Brasília, de 08 a 11 de maio de 2007, mas principalmente em sua atuação como representante legal dos interesses do

setor junto aos órgãos reguladores federais, o que a tornou mais conhecida e respeitada.

A Astral também teve presença na discussão da renovação das outorgas de radiodifusão. Foi em sua participação como convidada de uma audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações da Câmara Federal, que o presidente da associação teve a oportunidade de relatar os problemas enfrentados pelos seus associados na busca

pela concessão do canal aberto. Vale lembrar, no entanto, que a grande marca da Astral neste período foi a participação em todo o processo de organização do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Além disso, a associação também esteve presente junto ao Ministério da Justiça, com as demais associações do campo público de televisão, no apoio à iniciativa do decreto que estabeleceu a classificação indicativa para a programação da televisão brasileira. ▮



TV Senado: 17 anos ajudando a dar transparência aos trabalhos do Senado

DA REDAÇÃO

Amanhece na capital do País. No Senado Federal, logo cedo, a correria de assistentes, técnicos e operadores de câmera pelos corredores já se faz notar. As equipes da TV Senado transportam câmeras, mesas de áudio e tripés, montam links de transmissão ao vivo e preparam as salas das Comissões para as reuniões que vão acontecer durante todo

o dia. No plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, tudo tem que estar pronto antes das 7h30, hora marcada para o início de mais uma audiência pública da comissão que será transmitida ao vivo para todo o país. A primeira das muitas reuniões do dia que serão gravadas ou transmitidas ao vivo pela TV Senado.

Na redação, jornalistas, editores, técnicos e apre-



Emissora acompanha a realização de uma audiência pública

sentadores aprontam o primeiro noticiário da manhã. O Senado em Dia deve entrar no ar às 8h15. No espelho do telejornal, notícias sobre as votações e debates dos senadores no dia anterior, além das previsões do que deve acontecer ao longo de mais essa quarta-feira. Nesse dia, em função do horário de início da Comissão de Infraestrutura, o telejornal vai ser transmitido apenas pela internet e pelo canal digital de Brasília, onde a emissora faz experiências com multiprogramação e transmissão ao vivo e simultânea de até 4 eventos.

Nos corredores onde estão os plenários das comissões, os produtores da TV Senado já começam a gravar entrevistas com senadores e convidados para as audiências públicas. Eles checam as listas de convidados e as pautas das comissões para garantir que todas as informações a serem levadas ao telespectador durante as transmissões ao vivo e nos telejornais estão corretas.

No corredor principal, conhecido como Túnel do Tempo, uma equipe prepara os equipamentos para o link ao vivo de onde um repórter fará mais uma participação nos noticiários da TV. Ele está apurando como serão as atividades em uma das principais comissões do dia, a de Constituição e Justiça. O tempo passa e as atividades que se iniciaram às 6h da manhã na TV Senado seguem por todo o dia.



Central de captação da TV Senado

Todo o material, resultado do trabalho de cerca de 300 profissionais, é exibido pela TV Senado e posteriormente disponibilizado sob demanda pela internet, com exceção das íntegras de reuniões de Comissões e Sessões Plenárias que, por durarem várias horas, geram arquivos muito pesados e pouco compatíveis com o perfil dos usuários de internet. Mas todas as transmissões, ao vivo ou gravadas, são disponibilizadas pela página da TV

COMO SINTONIZAR

TV aberta

Analogico

- 16 UHF (Rio Branco) ●
- 36 UHF (Gama) ●
- 40 UHF (João Pessoa) ●
- 43 UHF (Fortaleza) ●
- 49 UHF (Rio de Janeiro) ●
- 51 UHF (Brasília) ●
- 52 UHF (Natal) ●
- 53 UHF (Salvador) ●
- 55 UHF (Recife) ●
- 56 UHF (Cuiabá) ●



Digital

Canais Implantados:

- 45.1 UHF (Belém) ●
- 51.1 a 51.4 UHF (Brasília) ●
- 55.1 UHF (Manaus) ●
- 61.2 UHF (Belo Horizonte, Cuiabá, Fortaleza, Jau, Porto Alegre, São Paulo) ●
- 61.3 UHF (Goiânia) ●

Canais em Implantação:

- 17 UHF (Rio Branco) ★
- 20 UHF (Curitiba) ★
- 34 UHF (Campo Grande) ★
- 35 UHF (Maceió) ★
- 40 UHF (Vitória) ★
- 41 UHF (João Pessoa) ●
- 42 UHF (Teresina) ★
- 43 UHF (Palmas) ●
- 48 UHF (Araçaju) ●
- 51 UHF (São Luís) ●
- 52 UHF (Porto Velho) ●
- 53 UHF (Natal) ●
- 54 UHF (Salvador) ●
- 56 UHF (Recife) ●
- 57 UHF (Macapá e Boa Vista) ●
- 61.2 UHF (Ribeirão Preto e São Carlos) ●
- 62 UHF (Florianópolis, Goiânia e Rio de Janeiro) ●

Antena parabólica

Sistema Analógico: Satélite - C2 Transponder - 11 A2 Polarização:

Horizontal: Frequência - 4.130 MHz

Sistema Digital: Satélite - C2 Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização:

Vertical: Frequência - 3.644,4 MHz; Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m PID - Vídeo: 1110 / Audio: 1211 / PCR:

1110 Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB Symbol Rate - 3,2143Mba/s FEC - N

TV por Assinatura

Claro TV	Canal 121	TVN	Canal 30
Oi TV	Canal 22	ViaCabo	Canal 07
SKY Brasil	Canal 169	Sim TV	Canal 05
CTBC TV	Canal 693	BVCI	Canal 09
GVT TV	Canal 231	Vivo TV	Canal 183
Vivo TV	Canal 693	Astro	Canal 05
DTHi	Canal 02	CaboNet	Canal 18
HET	Canal 10	TCM	Canal 17
		Cabo Telecom	Canal 106

QUASE 18 ANOS DE HISTÓRIA

A primeira emissora legislativa nacional a operar no País deu os seus primeiros passos em 1993 como uma pequena central que produzia conteúdos em vídeo sobre os trabalhos do Senado para serem distribuídos para as emissoras de televisão. No dia 5 de fevereiro de 1996, o senador José Sarney, então presidente do Senado, com base na Lei 8.977/95 (a chamada Lei do Cabo), inaugurou a TV Senado.

No início, a emissora funcionava apenas 12 horas por dia e se limitava a oferecer seus serviços pela TV a cabo que, mesmo hoje em dia, não possui um número de telespectadores tão elevado quanto à TV aberta.

Hoje, no entanto, a programação da TV Senado pode ser acompanhada por telespectadores de todo o país por meio das operadoras de TV por assinatura e das antenas parabólicas analógicas e digitais. Em várias localidades do Brasil, é possível ver a programação em sinal aberto de UHF analógico e digital (ver ilustração). A programação chega a mais de 150 milhões de telespectadores brasileiros, sem contar os internautas de todo o mundo que visitam a página da emissora em busca das novidades do Senado Federal e que a seguem nas redes sociais, onde a TV tem presença garantida, com notícias sobre a sua programação e as atividades dos senadores.

Senado na internet (www.senado.leg.br/tv) por meio de streaming capaz de transmitir simultaneamente até oito eventos.

As atividades dos profissionais da TV Senado continuam noite adentro, pois a movimentação só diminui depois que o principal telejornal, o Jornal do Senado, vai ao ar após o encerramento da sessão plenária. Diminui, mas não cessa. A TV Senado funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, com equipes de plantão dentro e fora da emissora. Aos finais de semana e, quando algum tema mais relevante exige, existe sempre um grupo escalado para o caso de ser necessário passar informações urgentes e ao vivo para o cidadão.

Mais de cinco mil horas/ano de debates e votações

Desde o início de sua operação, a TV Senado tem um compromisso com a transparência e a preservação da história do Senado Federal. Todas as reuniões de comissões e sessões plenárias realizadas nos últimos 17 anos foram gravadas, exibidas ao público e estão hoje

preservadas para consulta por historiadores e pesquisadores. Atualmente, graças a uma central responsável pela captação de todas as atividades legislativas, a TV Senado chega a captar em um único dia até 18 eventos. Com capacidade para gravar até quatro reuniões de comissões e uma sessão plenária simultaneamente, a Central de Captação é responsável hoje por uma produção anual de cerca de 5.300 horas de votações e debates realizados pelos senadores.

Todo o material de atividade legislativa é imediatamente disponibilizado para o núcleo de programação da TV Senado por meio de servidores e fitas Betacam digital, que funcionam como backup analógico dos programas a serem exibidos.

TV Senado é parte de estrutura de comunicação responsável por divulgar atividades do Senado Federal

O complexo de comunicação do Senado Federal é composto por estruturas de televisão, rá-



Switcher de onde o diretor coordena a programação da emissora

dio, agência de notícias, jornal impresso (responsável também pela produção de uma revista mensal), publicidade e relações públicas. Em 2010, os profissionais da Secretaria de Comunicação Social do Senado, reunidos num trabalho minucioso (57 reuniões num total de 114 horas de trabalho), redigiram o planejamento estratégico que norteia os trabalhos de toda a área até o ano de 2018. O documento acabou se tornando um ato da mesa diretora do Senado, oficializou o Planejamento Estratégico da área e deu a ele força política.

Segundo o Planejamento Estratégico, a Secretaria de Comunicação Social do Senado trabalha a “comunicação para a cidadania” e tem a missão de “contribuir para o exercício pleno da cidadania por meio de uma comunicação inovadora, interativa, democrática e transparente do Senado e do Congresso Nacional com a sociedade”.

Entretanto, segundo o diretor da SECS, Davi Emerich, a dimensão real da comunicação pública está muito vinculada ao próprio processo democrático do país: “A comunicação pública e para a cidadania não existe em estado isolado, é uma proposta, uma utopia, uma bandeira permanente, sem fim no horizonte e que exige mobilização permanente daqueles que nela acreditam. Em princípio, se temos democracia mais larga, mais ampla será a comunicação para a cidadania e vice-versa. Daí a necessidade de todos nós da comunicação lutarmos sempre pelo desenvolvimento democrático”.

A prioridade de transmissão do conteúdo - as sessões do plenário, as reuniões das comissões permanentes e temporárias, o

Conselho de Ética e as atividades da presidência - está regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora 15/2002 e pelo Regimento Interno da casa. Enquanto as comissões prioritárias não iniciam os trabalhos, a emissora transmite as atividades daquela que está reunida, por isso, às 7h30 da manhã já é possível assistir às primeiras reuniões dos parlamentares ao vivo.

No Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013 está definido que a TV Senado pode veicular programas de caráter jornalístico, educativo, cultural e científico, produzidos pela própria emissora, realizados em coprodução ou obtidos de terceiros, desde que observada a predominância de programas de conteúdo legislativo e institucional, ressalvados os períodos de restrições impostas pela legislação eleitoral e de recesso parlamentar.

O mesmo documento determina que a TV Senado deve difundir a educação continuada à distância; incentivar a implantação e a operação em todo o

país de uma rede legislativa de emissoras de televisão e de rádio e contribuir para a integração entre os legislativos federal, distrital, estaduais e municipais. Nesse sentido, há um espaço na grade para o programa Parlamento Brasil, que veicula reportagens produzidas por emissoras legislativas de todo o país.

“A revista eletrônica Parlamento Brasil é uma iniciativa vencedora, capaz de dar projeção nacional a produções de emissoras legislativas de todo o país. O programa ainda serve com uma janela para a divulgação de projetos de parlamentares estaduais e municipais que servem como referência para legislativos de todo o país” – garante Aluizio Oliveira, coordenador da TV Senado.

Se no princípio a emissora havia sido criada com o objetivo de apenas fazer a divulgação institucional do Senado Federal, hoje a grade oferece ao cidadão uma programação educativa e cultural de qualidade e diferenciada das emissoras



Equipe se prepara para entrar no ar

comerciais. O canal se firma como uma alternativa, principalmente aos finais de semana, para telespectadores que buscam documentários, entrevistas com personagens importantes da história, da ciência e da política do país, formadores de opinião e bons programas jornalísticos. A TV Senado também é referência entre os telespectadores que apreciam a boa música clássica e shows das mais variadas tendências da música brasileira e mundial.

No início de agosto, a TV Senado alterou a programação visual para deixar a transmissão mais convidativa e, ao mesmo tempo, mais didática, com informações gráficas e de texto que acrescentam mais informações às notícias sobre a instituição. As redes sociais também são aliadas na difusão das produções da emissora, especialmente os programas voltados para o esclarecimento dos cidadãos quanto às leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Além da difusão da atividade



Renan Calheiros acompanha os bastidores da emissora

legislativa, ela também está organizada para preservar a memória do Parlamento brasileiro. E mantém uma equipe de profissionais voltada exclusivamente para o tratamento documental das imagens em movimento. Hoje, o acervo conta com mais de 30 mil fitas de 90 minutos,

gravadas desde o início de seu funcionamento com sessões plenárias, reuniões das comissões, CPIs, além de entrevistas, noticiários e produções culturais. Todo esse conteúdo estará, em poucos anos, totalmente digitalizado com o objetivo de preservar essa produção. ▣

EMISSORA TRABALHA ACIMA DE SUA CAPACIDADE OPERACIONAL

Com 312 funcionários (cerca de metade da estrutura da TV Globo em Brasília, que conta com cerca de 600 colaboradores, segundo o Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal), a TV Senado é capaz de manter-se 24 horas no ar há quase 18 anos. O modelo de contratação de pessoal utiliza pessoal concursado e terceirizado. A TV conta com cerca de 100 jornalistas, produtores e engenheiros efetivos responsáveis pela ges-

tão de toda a estrutura, geração de conteúdos, manutenção e planejamento das atividades.

Os 212 funcionários terceirizados trabalham na área técnica da emissora. São os assistentes, repórteres cinematográficos, operadores de áudio e todo o pessoal técnico necessário à manutenção da estrutura de uma emissora. Eles são contratados por uma empresa de terceirização, vencedora de um processo licitatório realizado pelo Senado Federal.

Atualmente, a TV Senado trabalha cerca de 20% acima de sua capacidade operacional. O problema é maior nas terças, quartas e quintas-feiras quando o número de reuniões de comissões pode chegar a 18 ao longo do dia. Para conseguir cobrir jornalisticamente e gravar as íntegras para exibição, lança as horas extras em bancos de horas que são posteriormente pagos com folgas em dias de menor atividade legislativa.

https://www.

Bem-vindo ao novo site da Astral!

Ao completar 10 Anos, a Astral dá cara nova ao seu site. Agora ele conta com uma logomarca renovada que transmite a modernidade da radiodifusão pública. É mais um serviço da Associação em benefício das suas associadas.

O acesso é mais dinâmico, facilitando a consulta sobre a Astral, associadas, seus conteúdos, parceiros, notícias, eventos, mídias, legislação e, principalmente, **disponibilizando a leitura on-line da Revista da Astral, desde a sua primeira edição.**



Conheça o novo site www.astralbrasil.org

Para crescer, as rádios legislativas apostam em programação de qualidade e compartilhamento de informação

Parcerias com diversas regiões e apoio da Câmara marcam momento de crescimento

DA REDAÇÃO



Funcionários da Rádio Alesp em estúdio e se preparando para gravar

A expansão da Rede Legislativa de Televisão Digital tem chamado a atenção para outro fenômeno que tem ocorrido na comunicação do legislativo, nas três esferas da Federação (federal, estadual e municipal). Trata-se da expansão dos serviços de informação por meio do rádio. Este crescimento é possível graças à maior integração dos profissionais desta área nas diversas casas legislativas e pode se dar de duas formas: com a ampliação dos veículos próprios, liderados pela Rádio Senado e pela Rádio Câmara, a partir de parcerias com as assembleias legislativas e as câmaras municipais em todo o Brasil e com a expansão das agências de notícias dos parlamentos. Esta modalidade se especializou e passou a oferecer boletins de áudio gratuitamente a qualquer rádio interessada em obter informação sobre o legislativo brasileiro. Em alguns casos, locutores contratados entram ao vivo na programação das emissoras comerciais, educativas ou comunitárias do interior do País e substituem a figura do correspondente das rádios.

De olho neste avanço, as rádios legislativas melhoram suas qualidades e diversificam as programações, mesmo diante das dificuldades de espectro. A Rádio Câmara, por exemplo, funciona integrada à TV, à Agência e ao Jornal Câmara, com profissionais que, frequentemente, atuam em todos os veículos simultaneamente. “Isso se deve a um projeto de integração das mídias realizado entre 2011 e 2012. É um processo recente que tem dado ótimos resultados. A pauta para os quatro veículos é conjunta, o que evita que dois repórteres cubram a mesma matéria”, explica Carla Bisol, assessora da Rede Legislativa de TV Digital, que inclui o projeto de expansão de rádio. Para avançar não só com um conteúdo integrado e de qualidade, mas também para diversas regiões do País, a rádio aposta em um processo de expansão no modelo analógico, já que não há previsão por parte do governo federal de desativar esta faixa. “A Câmara dos Deputados atua for-

temente junto ao Ministério das Comunicações e a Anatel para a liberação de novos canais espalhados pelo Brasil. A parceria com as assembleias e câmaras municipais ainda será definida, mas a tendência é que os parceiros locais invistam nos equipamentos e recebam, em contrapartida, uma faixa horária dentro da programação da Rádio Câmara”, afirma Bisol.

Este crescimento, inclusive, já segue em andamento. O Ministério das Comunicações já liberou a consignação para canais de rádio em frequência e a Câmara solicitou à Anatel a inclusão no plano básico de frequência modulada para outros canais de rádio. “Quanto ao espectro, não acredito que será empecilho, pois a Câmara tem atuado de forma constante e solicitado a inclusão de vários canais no plano básico de rádio FM junto à Anatel e ao Ministério das Comunicações. Sempre obtemos retorno positivo sobre as nossas demandas”, diz a assessora.

De acordo com Mauro Sérgio Ceccherini, editor-chefe da emissora, o sinal da Rádio Câmara alcança, hoje, apenas a região do Distrito Federal, porém, há um projeto de expansão em curso que começa por Cuiabá (MT). “Também há uma parceria com mais de duas mil rádios em todo o Brasil, que reproduzem parte do nosso material. São as chamadas rádios parceiras, a maioria comunitárias, que atingem os rincões do País. Qualquer emissora de rádio pode utilizar as reportagens e os programas da Rádio Câmara. Basta se cadastrar e baixar tudo pela internet”, conta.

Com o objetivo de atingir todas as classes sociais, de A a E, a emissora aposta em uma linguagem bastante acessível e em uma programação variada que inclui jornalismo, música, programas culturais, além da transmissão das sessões do plenário da Câmara e de reuniões de comissões permanentes da Casa.

Porém, nem tudo é fácil na hora de programar e organizar uma rádio como a da Câmara. Segundo o editor-chefe, além de sofrerem críti-

“Temos como pressuposto levar informação legislativa a todos os cidadãos e a rádio tem um papel muito importante nisso”

Davi Emerich



Um panorama da Rádio Câmara

cas internas e externas, como, por exemplo, por meio dos meios de comunicação privados, que questionam a necessidade de uma rádio estatal e institucional da Câmara dos Deputados, uma emissora com este perfil necessita, antes de ir para o plenário da Câmara, de um projeto para passar por comissões temáticas. “No total, existem 20 comissões deste tipo na Casa. Os veículos da Câmara cobrem com profundidade essas comissões, onde todo o debate começa e onde um projeto pode passar por mudanças significativas. Os editores dos

veículos comerciais, que costumam acompanhar os veículos da Casa, sobretudo a Agência Câmara, podem, então, acionar seus repórteres quando entenderem que algum assunto importante é discutido em uma determinada comissão. No front interno, a luta é para manter a independência no noticiário. O objetivo maior é afastar as pressões de deputados e de grupos políticos dentro da Casa. Para tanto, Rádio, TV e Agência contam com profissionais concursados que lutam para que os critérios, na escolha da notícia, sejam apenas

os jornalísticos. A finalidade sempre é dar relevo aos interesses do cidadão, do contribuinte e do eleitor, e esta expansão que buscamos para outros Estados seria interessante para que estes ouvintes tivessem acesso aos debates realizados na Câmara dos Deputados”, explica.

Na Rádio Senado, o objetivo não é diferente. “Temos como pressuposto levar informação legislativa a todos os cidadãos e a rádio tem um papel muito importante nisso. No entanto, esta expansão por todo o País é um processo longo. Claro que já existe uma discussão de como avançar ao utilizar esta ferramenta, até porque isso condiz com nosso objetivo, que é o de informar o cidadão do que acontece no Senado, com total transparência”, explica Davi Emerich, diretor da Secretaria Especial de Comunicação da Casa.

Na Rádio FM Assembleia do Ceará que, em novembro completa seis anos, a programação é organizada e conduzida por uma equipe de cerca de 30 funcionários. Seu sinal 96.7 atinge todos os municípios da região metropolitana, ou seja, são quase quatro milhões de pessoas com acesso ao conteúdo. Entre os planos, está a expansão para outros municípios do estado. “O veículo é um instrumen-

“O objetivo sempre é dar relevo aos interesses do cidadão, do contribuinte e do eleitor, e esta expansão que buscamos para outros Estados seria interessante para que estes ouvintes tivessem acesso aos debates realizados na Câmara dos Deputados”

Mauro Sérgio Ceccherini

to ágil e acessível de comunicação do Poder Legislativo com a sociedade e com a imprensa. O trabalho de divulgação realizado pela Agência AL e pela rádio procura conferir maior transparência às atividades do parlamento cearense, prestar diversos serviços à sociedade e dar visibilidade a todas as atividades dos 46 parlamentares cearenses”, explica Adriano Muniz, coordenador de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Na Rádio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o cres-

cimento também está em pauta. “Nossa expansão se dá por meio de um serviço gigantesco em parceria com rádios do interior e garante a presença efetiva da ALMG na programação diária de rádios mineiras”, sustenta Rosângela Rabelo, gerente da emissora, que, em maio de 2010, passou a ser transmitida também on-line e conta com uma grade composta por música e notícia, e alterna entre informações de interesse do servidor e da Administração da ALMG, bem como matérias sobre o processo legislativo e as

diversas atividades dos deputados estaduais. Somado a isso, a rede de comunicação mineira conta, ainda, com a agência de rádio, considerada a principal atividade e o carro-chefe da estrutura. “O serviço, criado em 2000, substituiu um antigo boletim publicitário, enviado às rádios da região metropolitana de Belo Horizonte, então conhecido como Assembleia Informa. Esse informe publicitário, no formato de boletim radiofônico, foi suspenso quando foi criada a Agência de Rádio da ALMG. Na criação, em tor-

AVANÇO SE DÁ COM PARCERIAS NOS ESTADOS

As ações de expansão das rádios fazem parte de um projeto das emissoras em conjunto, que, articuladas pela Astral, seguem a liderança da Câmara e do Senado.

Somente o Senado, por exemplo, em um trabalho parceiro com suas emissoras 91,7 de Brasília, a 106,9 de Natal, a 102,5 de Cuiabá, a 103,3 de Fortaleza, a 100,9 de Rio Branco, a 104,5 de Teresina e a 106,9 de Manaus, já consegue compartilhar seu conteúdo na programação destas rádios. Ou seja, na prática, as emissoras, que são do Senado e tem 24 horas de programação, concedem as assembleias dessas cidades duas horas diárias para que as mesmas possam produzir conteúdo de seu próprio local. Isso porque essas rádios se dispõem a instalar um transmissor que permite esta troca de informação.

Da mesma forma ocorre com a iniciativa da Câmara que

hoje conta com diversas rádios parceiras. O Ministério das Comunicações já liberou a consignação para canais de rádio em frequência modulada (FM) para Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Salvador (BA), Jaboaão dos Guararapes (PE), Belém (PA), Campo Grande (MS), Teresina (PI), Macapá (PA), São Luís (MA), Montenegro (RS) e Brasília (DF).

A Câmara dos Deputados solicitou junto ao Ministério canais de rádio para os municípios onde já há consignação para TV digital e disponibilidade no plano básico da Anatel: as capitais Porto Alegre, Rio de Janeiro, Natal, João Pessoa, Porto Velho, Palmas, Maceió, Manaus, Aracaju; no interior de São Paulo: Atibaia, Barretos, Bauru, Botucatu, Franca, Jaú, Marília, Mogi das Cruzes, Ourinhos, Penápolis, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos e Tupã; Divinópolis,

Itaúna, Lagoa Santa, Lavras, Montes Claros, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia, em Minas Gerais; Ponta Grossa e Quatro Barras, no Paraná, e as cidades de Biguaçu (SC), Anápolis (GO), Jaraguari (MS), Pacatuba (CE), Barra de São Miguel (AL), Abaetetuba e Santarém (PA), Mangaratiba (RJ), Candeias do Jamari (RO), Cantá (RR) e Santa Tereza do Tocantins (TO).

A Câmara solicitou, ainda, à Anatel a inclusão no plano básico de frequência modulada de canais de rádio e o canal junto ao Ministério das Comunicações para Americana, Araraquara, Araras, Assis, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Itu, Jacareí, Jundiá, Limeira, Piracicaba, Praia Grande, Presidente Prudente, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Valinhos e Votorantim, em São Paulo, e Pouso Alegre e Sete Lagoas, em Minas Gerais.

“O veículo é um instrumento ágil e acessível de comunicação do Poder Legislativo com a sociedade e com a imprensa. O trabalho de divulgação realizado pela Agência AL e pela rádio procura conferir maior transparência às atividades do parlamento cearense, prestar diversos serviços à sociedade e dar visibilidade a todas as atividades dos 46 parlamentares cearenses”

Adriano Muniz

no de 180 rádios do interior de Minas foram contatadas e passaram a receber, gratuitamente, as informações, transmitidas por telefone, ao vivo, de Belo Horizonte, com a cobertura jornalística factual e institucional do trabalho parlamentar. No início, há 13 anos, existiu certa desconfiança em relação ao conteúdo que seria colocado no ar, já que a transmissão era ao vivo. Mas, ao longo dos anos, construiu-se uma relação

de confiança com as rádios em relação ao conteúdo veiculado. O compromisso é que o informativo Correspondente Assembleia divulga apenas os fatos ocorridos em Plenário e comissões e, com essa confiança estabelecida, aos poucos partidos políticos, nomes de deputados e áudios passaram a ser incluídos nos informes. Hoje, já não há mais qualquer resistência ou queixa quanto ao conteúdo”, explica a gerente.

No Estado de Santa Catarina, a Rádio Assembleia de Florianópolis - uma emissora que funciona via web e como agência de notícias - cobre este papel de divulgação e transparência de informações. Trata-se de uma programação que inclui pautas que exploram tendências políticas com parlamentares e comentaristas políticos e, ainda, debates esportivos com atletas e a participação de políticos. “A nossa rádio produz uma média de 60 a 70 matérias por mês, que são disponibilizadas para download e também enviadas para um mailing de aproximadamente 230 endereços, entre emissoras de rádio, jornalistas e parlamentares. Além disso, temos sessões, comissões e reuniões especiais veiculadas ao vivo as terças, quartas e quintas-feiras”, explica Murilo Valente, coordenador da emissora. Segundo ele, que assumiu o posto em fevereiro deste ano, uma das providências iniciais foi “amolecer” a rádio com a criação de uma identidade sonora com vinhetas diversas e musicais para cada repórter da rádio. “A nossa meta é conseguir que a rádio se transforme em breve em uma rádio aberta. Trabalhamos para que a nossa audiência se torne cada



Estúdio onde são gravados os programas da AL-MG

vez mais significativa. Para isso temos utilizado as redes sociais, mailing e publicidade nos outros veículos da diretoria de comunicação, tais como imprensa e TV. Além disso, buscamos avançar e mantemos contato com as rádios do interior. Nossa intenção é saber se nossas matérias têm sido utilizadas na programação desses veículos. A função da Rádio AL é manter a população informada acerca das atividades do parlamento, além de ser um canal de comunicação com a comunidade”, pontua.

Para crescer, Valente acredita que é preciso ter criatividade para a divulgação da rádio. “Produzimos breaks para a TV AL com nossos repórteres, convidamos entrevistados de “peso” para a participação



Equipe da Rádio Alepe em ação

Viabilize sua Estação de TV Digital Fale com a ADTHEC Rede Legislativa

- Estudos de Engenharia :
Análise de Cobertura ,
Transmissão
e Estúdio.
- Planejamento
e Implantação
da Emissora.
- Projeto Técnico e
Licenciamento
para o Ministério
das Comunicações
e Anatel.
- Orientação para
compra de
equipamentos.
- Orientação para
produção de
conteúdo.

ADTHEC
Engenharia & Sistemas
Riscos & Soluções

em nossos programas ao vivo, convocamos a participação popular via telefone e divulgamos as nossas ações nas redes sociais. Nós encaramos as dificuldades como desafios e isso faz com que a nossa vontade de ver a rádio em expansão se transforme em realidade. Estamos sempre atentos e prontos para divulgar as nossas atividades”, diz. De acordo com o coordenador, o objetivo principal é fazer com que o parlamento se aproxime do cidadão. “A nossa rádio existe para informar e divulgar as ações dos nossos parlamentares. O

“Nossa expansão se dá por meio de um serviço gigantesco em parceria com rádios do interior e garante a presença efetiva da ALMG na programação diária de rádios mineiras”

Rosângela Rabelo

eleitor tem o direito de conhecer o que se passa na casa do povo. Nós, da diretoria de comunicação, somos os agentes desse processo. Pretendemos, com isso, saciar essa ne-

cessidade de conhecimento e esperamos que a comunidade faça a sua parte na busca por informações para que, com elas, possam cobrar de seus eleitos”, complementa. ■



Uma visão geral dos estúdios da Rádio Câmara

Modelo de contratação em xeque

Enquanto uns apostam em funcionários concursados, há quem defenda a terceirização

REDAÇÃO

Geralmente começar um projeto demanda muita mão de obra, dedicação e determinação para enfrentar os desafios e criar um projeto organizado e coeso. Para iniciar os trabalhos com uma emissora de TV, não é diferente e uma das questões mais frequentes diz respeito ao modelo de contratação. Há quem defenda o concurso público para todos, há aqueles que defendam apenas para os cargos de analista (3º grau) e terceirização das atividades técnicas e há quem terceirize tudo. As opiniões sobre o assunto são diversas e colocam a situação que engloba contratação da mão de obra para TVs e rádio em “xeque-mate”. Afinal o que pode ser melhor para o veículo de comunicação e seus gestores: contratação ou terceirização? Para responder a esta questão é preciso, no entanto, mais do que um posicionamento. É necessário ter um olhar amplo sobre sua formação.

A TV Assembleia de Minas Gerais, por exemplo, iniciou suas operações em 30 de novembro de 1995. Cerca de seis meses após a aprovação da lei que criou os canais legislativos no sistema a cabo. Para colocá-la no ar, era preciso agilidade dentro de uma estrutura como a da Assembleia. Como não havia muitos técnicos e profissionais de jornalismo especializados em televisão, a Assembleia contratou uma empresa para operar todo o sistema, que já incluía alguns equipamentos próprios, como câmeras e mesas de edição e de corte. Isto porque uma experiência prévia de edição de boletins noticiosos obrigou o legislativo mineiro a criar uma pequena estrutura, com servidores efetivos e de função pública, que se

“Com um termo de referência bem elaborado, justificando-se os salários de acordo com a média de mercado, é possível ter profissionais bem qualificados e terceirizados”

Cláudio Araújo



TV Assembleia ampliou e qualificou seu quadro de funcionários

tornaram referência para o trabalho seguinte: de montagem de uma televisão.

Segundo Rodrigo Barreto Lucena, atual presidente da Astral e diretor da TV e Rádio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com a ampliação da grade de programação da emissora, a instituição se viu obrigada a expandir e qualificar seu quadro de funcionários e optou por adquirir seus próprios equipamentos e aumentar o modesto parque até então existente. “No começo

“A terceirização apresenta vantagens quanto à agilidade no recrutamento de bons profissionais e também na substituição de trabalhadores que se mostram inconvenientes, além de haver considerável conveniência, para o Estado, naquilo que diz respeito às questões de ordem previdenciária”

Rodrigo Lucena

dos anos 2000, a primeira grande concorrência resultou num contrato de prestação de serviços que envolvia cerca de 60 funcionários, entre jornalistas (repórteres, produtores e editores), operadores de câmera e auxiliares, editores de imagem, locutores, operadores de áudio e operadores de VT. Este novo núcleo de funcionários terceirizados correspondeu às expectativas da emissora e consolidou a ideia de uma organização aos moldes de uma emissora comercial, dividida em equipes lideradas por chefes de redação e de reportagem. Tudo foi muito bem até dois momentos marcantes. O pri-

meiro foi a absorção, pela TV, de jornalistas que haviam sido aprovados em concurso público realizado pela Diretoria de Comunicação Institucional, à qual a TV era subordinada, antes de ela própria se tornar uma diretoria do parlamento mineiro. A coexistência de duas categorias num mesmo ambiente de trabalho, com situações funcionais absolutamente diversas, levou a um quadro insustentável de insatisfação”, conta.

Na mesma época, coincidência ou não, Lucena lembra que surgiram denúncias ao Ministério Público quanto à suposta irregularidade de se manterem

trabalhadores terceirizados em funções parecidas com aquelas de cargos efetivos preexistentes nos quadros funcionais da Casa. O resultado foi a substituição completa de todos os jornalistas contratados por servidores concursados. “Nesta mesma época, com o fim do período de contrato da empresa prestadora do serviço e a consequente realização de nova licitação, uma série de reclamações trabalhistas foram feitas, movidas especialmente por técnicos e funcionários dos demais quadros de nível médio. O volume e a variedade dessas reclamações chamaram a atenção e demonstraram que a des-

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
CONCURSADO	<ul style="list-style-type: none"> Melhores salários, plano de carreira, motivação Estabilidade e menor rotatividade Adesão ao projeto institucional e a planos estratégicos de longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da despesa permanente de pessoal Ônus previdenciário (regime próprio) Não há substituição em férias e outros afastamentos legais
TERCEIRIZADO	<ul style="list-style-type: none"> Menor custo previdenciário para a Administração Pública (regime geral) Substituição em férias e outros afastamentos legais Agilidade na contratação/demissão 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento das despesas de custeio Ausência de plano de carreira Riscos e cuidados extremos na obediência à legislação e às convenções trabalhistas Maior rotatividade
COMISSIONADO	<ul style="list-style-type: none"> Salário definido pela administração para o cargo Menor custo previdenciário para a Administração Pública (regime geral) Livre nomeação/exoneração 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento das despesas de pessoal Ausência de plano de carreira Possível rotatividade

“É fundamental uma TV legislativa ter um grupo estável de apresentadores, repórteres e produtores, tendo em vista a consolidação da identidade dos programas e o cuidado adequado à linha editorial escolhida pelo veículo. Também é fundamental, a estabilidade e continuidade de uma gestão no que se refere à coordenação e direção de programação”

Michele Limeira

crição das funções de radialista existente na legislação é desatualizada e incompleta, o que gera inúmeras lacunas que ensejam a ação dos reclamantes. De longe, este é o maior problema relativo à contratação de serviços terceirizados, uma vez que a administração pública, não raramente, responde subsidiariamente em processos trabalhistas movidos contra a empresa que contrata a mão de obra, por maiores que sejam os cuidados e a fiscalização relativa ao cumprimento das obrigações legais”, acredita Lucena.

Para evitar maiores gargalos, foi adotado um modelo híbrido de contratação: jornalistas efetivos e técnicos terceirizados. Lucena conta que, de um lado, são evidentes os benefícios da efetivação que afasta as dificuldades relativas à legislação trabalhista e toda sorte de insatisfação relacionada à convivência de duas categorias funcionais distintas. Do outro, porém, “a terceirização apresenta vantagens quanto à agilidade no recrutamento de bons profissionais e também na substituição de trabalhadores que se mostram inconvenientes, além de haver considerável conveniência, para o Estado, naquilo que diz respei-

to às questões de ordem previdenciária”, afirma.

Quem aposta neste modelo terceirizado desde sua criação é a TV Assembleia do RN, fundada em 2003 e há 10 anos na ativa. Ali, para viabilizar as contratações de forma legal, a emissora criou uma fundação de direito público (Fundação Djalma Maranhão), que administra desde o início as necessidades financeiras, bem como as jurídicas da emissora. Somado a isso, há quatro anos conta, também, com uma web radio e um núcleo para criação e produção de diversos programas especiais.

Com um quadro de funcionários com 75 profissionais, a TV Assembleia RN é um exemplo que a terceirização pode dar muito certo, se bem elaborada. O resultado gerencial pode ser conferido com a gama de programas especiais (total de 27), programas jornalísticos e culturais (total de 7), entre diários, semanais e mensais. Com isso, a emissora não para, pois mantém sua produção permanente e sem nenhuma interrupção, mesmo nos períodos de recesso das atividades dos parlamentares. De acordo com o diretor-geral da TV e Rádio Assembleia, jornalista Mau-

rício Pandolphi, esse modelo de gestão tem respondido positivamente ao longo dos anos porque detém uma credibilidade que assegura maior produtividade e qualidade.

Porém, a terceirização pode, também, gerar problemas, como no caso da TV Senado. Exemplos como falta do cumprimento do acordo coletivo por parte de empresa contratada, não recebimento do ticket alimentação, falta da liberação de férias vencidas (nunca nos meses de janeiro, fevereiro ou julho – meses de recesso dos parlamentares) são alguns pontos que podem trazer dificuldades no dia a dia de uma emissora como a TV Senado.

Mas nem todas as tevês seguem este modelo. Existem aqueles que defendem a contratação mista, como no caso da TV ALRS que conta com produção, equipe técnica e exibição como terceirizados. Já a equipe de jornalismo, coordenação de programação e coordenação geral, são efetivos e cargos em comissão. Há também efetivos e cargos em comissão na produção geral. No total, a emissora possui 61 funcionários terceirizados (incluindo, produção, técnica e exibição) e 16 efetivos e cargos



Marisa Libardi, diretora da TV Câmara de Piracicaba, onde a mão de obra é concursada

em comissão. Para a jornalista responsável pela emissora, Michele Limeira, “é fundamental uma TV legislativa ter um grupo estável de apresentadores, repórteres e produtores, tendo em vista a consolidação da identidade dos programas e o cuidado adequado à linha editorial escolhida pelo veículo. Também é fundamental a estabilidade e continuidade de uma gestão no que se refere à coordenação e direção de programação”, enfatiza.

Na mão inversa de algumas propostas de contratação, está a TV Câmara Piracicaba, há 10 anos no ar e que hoje trabalha, exclusivamente, com mão

de obra concursada (todos são servidores públicos), conforme informa a diretora, Marisa Libardi. Ela aponta pontos positivos e negativos nas duas formas de contratação que, no caso da terceirização, tem como destaque a maior agilidade na troca de funcionários por falta ou férias, menos rigor com o controle do excesso de horas extras e a possibilidade da substituição de um funcionário imediatamente. Em contrapartida ela cita que, no caso de sua emissora, “não havia estímulos para o funcionário terceirizado, por saber que não receberia nenhuma forma de promoção. Apesar do posicionamento

sempre profissional, o salário era baixo, fator que causava desânimo. Também conviviam com colegas concursados, que desenvolviam as mesmas atividades e eram melhores remunerados. Outro fator negativo é que eles temiam consertar ou simplesmente ajustar os equipamentos, pois a empresa não se responsabilizava pelos mesmos”, explica.

Segundo ela, a grande maioria dos problemas que envolviam a terceirização foram resolvidos com a elaboração de um concurso público. Com o método escolhido, cada um é responsável pelos seus equipamentos, há um esforço coletivo

e uma dedicação própria com o programa de TV. Marisa pontua que “nota mais dedicação às tarefas realizadas”. “Os concursados assumem a TV como algo seu”, diz ela com certo orgulho. Por outro lado, os concursados geram o aumento dos custos com horas extras e há uma sobrecarga de trabalho que, muitas vezes, beira a exaustão. A diretora acredita que há benefícios nos dois tipos de modelos, mas a decisão deve ser muito bem avaliada.

Debates

Por conta da ambiguidade dos temas que envolvem a classe trabalhista deste setor, existem entidades que saem em defesa da valorização profissional de seus associados. A pauta, porém, ainda é polêmica e gera debates como o que ocorreu em João Pessoa (PB). A cidade foi escolhida para sediar, entre os dias 22 e 24 de novembro de 2012, o 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores em Rádios e TVs Públicas,

organizado pela Federação Interstadual dos Trabalhadores de Rádio e Televisão (FITERT). Na oportunidade, Fernando Cabral, secretário de política sindical da entidade, ressaltou que o objetivo da federação era o de consolidar a atuação no Estado para avançar na conscientização e na organização sindical dos trabalhadores de comunicação. O encontro discutiu diversos temas, entre eles, a necessidade da criação de uma proposta-modelo de Plano de Cargos e Salários para as emissoras.



Estúdios da TV AL-RS, que defende a contratação mista

“Os concursados assumem a TV como algo seu”

Marisa Libardi

ras públicas, formulada pelos trabalhadores, bem como a urgência em pressionar os parlamentares do Congresso Nacional para tirar do papel as políticas públicas aprovadas na 1ª Conferência Nacional da Comunicação (Confecom), realizada em 2009.

O tema, que ainda dá pano pra manga e não tem unanimidade entre profissionais e emissoras, também foi o centro das atenções de uma apresentação realizada pelo servidor da TV Câmara, Cláudio Araújo, que se diz a favor da terceirização. Ele ressalta, porém, que,

para isso acontecer, os órgãos precisariam ter em seu quadro gestores em comunicação para administrar esses contratos e se responsabilizar pela definição da política de comunicação. “Com um termo de referência bem elaborado, justificando-se os salários de acordo com a média de mercado, é possível ter profissionais bem qualificados e terceirizados para colocar uma emissora legislativa no ar”, acredita. Para evitar problemas na justiça do trabalho, o servidor alerta: “é necessário pagar sempre as horas extras ou com-

pensá-las quando possível, de acordo com o disposto nas convenções coletivas. Além disso, em uma eventual necessidade de fazer acúmulo de função, é preciso ressarcir este acúmulo”.

Segundo Araújo, a tendência do mercado é a terceirização, mas as emissoras devem estar atentas antes de qualquer contrato. “Deve-se pesquisar o valor dos salários para que sejam bem fundamentados, justificar a necessidade de cada um dos profissionais a serem contratados, observar o disposto nas convenções coletivas e na lei dos radialistas; definir critérios de qualificação técnica das empresas a serem contratadas quando do procedimento licitatório e buscar formas de garantir que a empresa contratada possua ‘saúde financeira’ para arcar com o contrato”, conclui. ▣

OZNE

Tecnologias Digitais



PROJETO DE EMISSORAS DE TV.

PROJETO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO.

PROJETOS DE UNIDADES MÓVEIS DE TV.

UP GRADE DE EQUIPAMENTOS E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS.

PROJETOS DE BANDA BASE, SISTEMAS MASTER, INTEGRAÇÃO SAN E SISTEMAS DE FIBRA ÓPTICA.

AUXÍLIO TÉCNICO NA ESCRITA E ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES.

ESPECIALIZADA EM EMISSORAS LEGISLATIVAS.



(12) 9148-4366

(12) 7816-6527 - ID: 55*14*573017

contato@ozne.tv.br

Emissoras das três esferas da Federação se mobilizam para formar a mais poderosa rede de TV nacional

Para crescer, é necessário apostar no sinal digital e em parcerias

DA REDAÇÃO

Para demonstrar a força da rede legislativa, além do compartilhamento de conteúdo entre as emissoras e a realização de seminários, há, ainda, outras ações em andamento como a inauguração de algumas tevês. É o caso, por exemplo, da Câmara de Piracicaba, que acaba de lançar sua primeira TV digital aberta e gratuita. No dia 14 de maio, a Câmara do município paulista passou a integrar a Rede Legislativa de TV Digital aberta, com transmissão para toda a cidade pelo canal 60.1. A cerimônia de lançamento aconteceu no salão nobre da Câmara e contou com a presença de autoridades do município, do País e diversos diretores de TVs Câmaras.

Durante a solenidade, o presidente da Câmara, vereador João Manoel dos Santos, em seu discurso, destacou o baixo custo para a implantação da TV. Já a diretora da TV Câmara, Marisa Libardi, apresentou os novos programas e os que já fazem parte da programação. A coordenadora da Rede Legislativa de TV Digital da Câmara dos Deputados em Brasília, Evelin Maciel, falou sobre o sinal compartilhado do Poder Legislativo com as câmaras municipais e as assembleias estaduais, o que reduz custos e possibilita, nos próximos anos, abranger todas as cidades do País.

Para Libardi, o sinal digital permite o aumento do acesso pelo cidadão, que antes só poderia acompanhar sua programação com a TV a cabo. Com temas que buscam mostrar a cultura local e as atividades legislativas, a emissora tem como objetivo “tornar o legislativo cada vez mais transparente e passar para a população informações de qualidade”. Segundo a diretora, “a criação da TV legislativa veio de encontro com nossos anseios e esperamos que a nova geração saiba participar para poder cobrar”.

A TV Câmara de Piracicaba - criada em 3 de março de 1999 para a utilização do canal a cabo e veiculação das atividades do Poder Legislativo Municipal - integra a Rede Legislativa de TV Digital aberta. Com transmissão feita também pelo canal 8 da Net e pela internet, no site www.camarapiracicaba.sp.gov.br, a emissora iniciou, em 2003, as transmissões das reuniões ordinárias e não parou mais de se expandir, passando, ainda, a transmitir ao vivo as reuniões solenes e a exibir semanalmente o Jornal da Câmara. Desde então, a TV Câmara se tornou um importante canal de informação para a população de Piracicaba (SP), mas restrita aos assinantes da TV a cabo. Em 2012, a mesa di-

“A criação da TV legislativa veio de encontro com nossos anseios e esperamos que a nova geração saiba participar para poder cobrar”

Marisa Libardi

retora, presidida por João Manoel dos Santos, decidiu aderir a proposta da Astral para que as Tevês Câmaras passassem a ser emissoras digitais, com programação própria.

Outro município que agora também pode ter acesso aos atos legislativos é Bauru (SP), que em 31 de julho, entregou, em sessão solene, o sinal aberto e digital da TV Câmara do município, em solenidade presidida pelo presidente da Câmara, Sandro Bussola, e que teve também a presença do prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho, do presidente da Astral, Rodrigo Barreto de Lucena, e do deputado federal Vaz de Lima, do PSDB.

Na oportunidade, o deputado Vaz de Lima ressaltou a importância do papel do deputado Arlindo Chinaglia, ex-presidente da Câmara, ao reservar para o Parlamento, quando do processo de implantação da TV digital no País, espaço para a implantação da Rede Legislativa Digital. Por isto é possível, que a Câmara Federal, a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal possam compartilhar uma frequência na TV digital.

O presidente da Astral, Rodrigo Barreto de Lucena, enfatizou a relevância da TV Digital como ferramenta para a aproximação do parlamento e do parlamentar dos cidadãos. Ele destacou o papel da Associação no cenário de formação da Rede Legislativa TV Digital e sinalizou os rumos que a rede deve seguir.

Ao final da cerimônia, falou o diretor de Comunicação, Marcelo Malacrida, que ressaltou o empenho e a dedicação dos funcionários da TV Câmara e relatou todo o processo de implantação da TV Câmara, desde 1998. Foram destacados os investimentos realizados ao longo de dois anos para viabilizar a TV Câmara no sinal digital e aberto. “No total, foram investidos no sistema de transmissão R\$ 1.100.000,00 em um sistema moderno e seguro, o que permite, além de qualidade, transparência dos atos do legislativo ao alcance de todo o cidadão”, afirmou.

Em Santa Catarina, por exemplo, a TV Assembleia de Florianópolis também tem crescido com sua abertura do sinal, que permitiu que a população catarinense tivesse mais acesso às informações do legislativo estadual e, gradativamente, dos municipais. Segundo Suelen Costa, coordenadora da TV da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o objetivo de formar uma rede nacional é permitir que todo brasileiro tenha a possibilidade de acompanhar os dados, os atos públicos promovidos pelo Senado, Câmara Federal, assembleias e câmaras municipais. “A rede legislativa é uma fer-



Torre da TV AL-MT

ramenta importante no processo de transparência dos atos públicos”, acredita.

Com a implantação da Rede Legislativa de TV Digital no Estado de Santa Catarina, tanto a Assembleia Legislativa quanto a Câmara Municipal do município onde o transmissor for implantado, poderá compartilhar o canal de televisão com o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. São quatro programações independentes, com 24 horas de programação, onde o cidadão poderá escolher qual programação deseja acompanhar.

Num primeiro momento, o sinal aberto da Rede Legislativa e, portanto, da TV Al de Santa Catarina atinge apenas o município de Florianópolis, mas, em breve, deve avançar ainda mais na medida em que as câmaras municipais do interior do Estado aderirem ao projeto. Para tanto, elas devem manifestar o interesse junto à assembleia, que enviará o documento à Câmara dos Deputados. A partir daí, com a consignação do canal digital obtida pelo poder legislativo federal para aquele município solicitante, restará à Câmara



Equipe da TV Câmara de Bauru reunida



Cenário da TV Assembleia pronto para mais uma gravação

“A rede legislativa é uma ferramenta importante no processo de transparência dos atos públicos”

Suelen Costa

Municipal contratar o projeto e a instalação do sistema, cujo custo varia de acordo com a extensão e as características geográficas de cada município.

Assim que a população adquirir os receptores digitais (hoje todas as televisões vendidas já recebem o sinal digital) e o sinal analógico for desligado nas principais cidades do País, o que vai acontecer a partir de janeiro de 2015, nas grandes cidades, aumentará proporcionalmente a visibilidade das emissoras que transmitem em tecnologia digital. E lá estará a Rede Legislativa de Televisão Digital, aberta e gratuita, para toda a população. Na prática, esta rede – que tem como objetivo universalizar o sinal da TV Senado, da TV Câmara, da TV Assembleia e das tevês legislativas das câmaras municipais - permitirá que todo cidadão acompanhe o que acontece no parlamento, nas três esferas da federação.

No Maranhão, também há uma grande movimentação em torno da rede nacional e, segundo Adalberto Melo, diretor da TV Assembleia do Estado, o primeiro passo dado pela emissora foi se filiar à Astral. “Entendemos que a articulação entre as emissoras é fundamental para o desenvolvimento de uma rede. Do ponto de vista institucional, assinamos um termo de cooperação com o Senado Federal, que nos permitiu receber os transmissores da TV aberta e digital (que operam em caráter experimental no Canal 51-2) e em breve receberemos os transmissores da Rádio Senado (com duas horas de programação local)”, esclarece. Para ele, o momento é histórico para a comunicação legislativa brasileira: “Chegou a hora de ocupar

“Chegou a hora de ocupar o espaço que pertence não ao parlamento, mas ao povo brasileiro. O telespectador tem o direito de estar informado sobre as ações de seus representantes e tem o dever de também ocupar esses espaços públicos de comunicação”

Adalberto Melo

o espaço que pertence não ao parlamento, mas ao povo brasileiro. O telespectador tem o direito de estar informado sobre as ações de seus representantes e o dever de também ocupar esses espaços públicos de comunicação, que devem ser democráticos, respeitar a diversidade e dialogar permanentemente com os cidadãos”.

Atualmente em caráter experimental, o Maranhão terá sua rede operando com 5 kW de potência nos transmissores, o que permitirá alcançar toda a ilha de São Luís e municípios vizinhos, um público potencial de 1 milhão de habitantes. De acordo com o diretor, o interesse do atual presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão é, até meados de 2014, já trabalhar na expansão do sinal para as principais cidades do interior do Estado.

Quanto ao interesse das pessoas em acompanhar a TV legislativa, Adalberto crê que o movimento deve ser inverso. “Em vez de atrairmos o interesse das pessoas, devemos atrair as pessoas para a TV Legislativa. É preciso avançar, ir além de levar o legislativo até os telespectadores. Claro que as ações parlamentares de toda ordem e os assuntos relevantes tratados na Casa Legislativa são fundamentais para o fortalecimento da jovem democracia brasileira,

mas, se a TV Legislativa for a TV Pública do Estado (com todo respeito às demais), se as pessoas puderem se ver, se enxergar, se identificar com a emissora, daremos um passo decisivo na conquista da audiência, que não deve ser o objetivo principal (audiência pela audiência), e sim uma consequência natural. Por exemplo, o Maranhão é o segundo estado com maior população negra do País. Por que as entidades do movimento negro não devem ter espaço na grade de programação? Isso vale para outros segmentos e até poderes constituídos. O Ministério Público pode também produzir programas de interes-

se relevante e veiculá-los na TV Assembleia. É preciso ir além do papel de ser a TV do legislativo. É preciso caminhar na direção de ser a TV dos maranhenses. Esse é o desafio”, pontua.

Com o intuito de avançar em todo o país, o Maranhão aposta, ainda, na disseminação de seminários que possam ajudar a divulgar a rede Legislativa de TV digital. “Pretendemos sediar um seminário da Astral ainda este ano. Entendemos que este é o momento adequado para um evento desta natureza, que pretende inclusive instrumentalizar as emissoras para que possam expandir seu sinal para além das capitais”, afirma.



Debates na TV AL do Maranhão

Parcerias

Somado a inauguração de emissoras com canal digital, as tevês assembleias também têm investido em parcerias e produções independentes, e ampliar ainda mais o conteúdo. Com 11 anos de fundação, a TV Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por exemplo, tem priorizado este ano a expansão da parceria com produtoras independentes. O espaço aberto pela TVAL-MT incentiva a produção de documentários no estado e permite o incremento da programação diária (24h) e a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados pela emissora à maioria dos 141 municípios mato-grossenses.

Além da transmissão das atividades dos deputados estaduais e dos programas próprios, a grade de programação da emissora abre espaço para produtos e serviços elaborados por outros poderes locais. Exemplo é a veiculação do TVJus, programa diário que retrata o dia a dia do Tribunal de Justiça de Mato

Grosso, e o telejornal TCE Notícias, também diário, produzido pelo Tribunal de Contas do Estado – que tem suas sessões semanais também transmitidas ao vivo pela emissora do Legislativo Estadual. A ampla programação da TVAL garante ainda a veiculação de telejornais produzidos por entidades representativas, como a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). “O apoio da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, por meio do presidente, deputado José Riva (PSD), é fundamental para a evolução dos trabalhos”, explicou o superintendente da TVAL-MT, Wanderley de Oliveira.

A realização das transmissões ao vivo de audiências públicas em municípios pelos permitiu, em 2012, o pleno acesso da população a debates importantes, como em relação à Lei da Pesca. “Foram 16 audiências públicas, todas transmitidas ao vivo. O acompanhamento pelo cidadão incentiva maior participação nos assuntos diretamente ligados à vida do trabalhador”, disse Oliveira. No decorrer deste

ano será implantado o sistema de transmissão em canal digital, em parceria com a TV Câmara (da Câmara dos Deputados). O transmissor digital e a antena já foram licitados e o complexo de transmissões da TV AL-MT devidamente vistoriado pela comissão formada pelos engenheiros da TV Câmara e os profissionais das empresas vencedoras do certame: Mactronica (antena) e Linear (transmissor). “A subida do sinal para o Satélite Brasil SAT (B4) deve ocorrer até junho deste ano, pois todo equipamento, inclusive com redundância, já foi adquirido”, informou Wanderley. O planejamento prevê ainda inovações nas transmissões das ações feitas por outros entes públicos, como as sessões da Câmara Municipal de Cuiabá. Além do programa Câmara em Foco, com veiculação semanal, as sessões do legislativo da capital serão também transmitidas ao vivo pela TVAL-MT.

Outra emissora que também está recheada de atrações e com uma programação voltada para a divulgação das atividades do parlamento é a TV Alerj, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que chega aos quatro cantos do estado durante as 24 horas do dia, nos sete dias da semana. Na telinha, além da transmissão das atividades em plenário e nas salas das comissões, os espectadores recebem ainda telejornais, programas culturais e outros, produzidos por entidades parceiras. “Buscamos, com esta diversidade na nossa programação, contribuir para o engrandecimento do cidadão fluminense, que merece ter acesso à rotina política do estado e programas de qualidade”, afirma o presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), deputado Paulo Melo (PMDB).

A emissora prioriza a trans-



Funcionários acompanham programação na TV da AL de Santa Catarina

missão ao vivo das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, além de audiências públicas das comissões permanentes, temporárias e CPIs. Também têm lugar os trabalhos das reuniões da Mesa Diretora e do Colégio de Líderes.

A produção jornalística é veiculada no Jornal da Alerj, que vai ao ar em três edições, às 9h30, 14h20 e às 21h30; e em programas de debates e entrevistas gravadas em estúdio, atrações que recebem, além de parlamentares, especialistas em diversas áreas, além de autoridades em geral. A emissora conta, ainda, com documentários, programas de perfil cultural e de entretenimento, alguns com sucesso reconhecido e já premiado. É o caso do programa Cultura Urbana, apresentado pelo repórter Ricardo Brasil. A



Redação da TV AL - Santa Catarina

atração recebeu o prêmio socioeducativo Guri, oferecido pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), em reconhecimento a colaboradores que, em um esforço coletivo, ajudaram os projetos para jovens em confli-

to com a lei. Na programação há produções de parceiros, como a Academia Brasileira de Letras, o Canal Saúde, da Fiocruz, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, a TV Senado e a TV Câmara. [▶](#)



Soluções de ponta a ponta
para TVs públicas e
legislativas

ASSUMA O CONTROLE

Câmeras . Ilhas de edição . Storages . Tricaster . Iluminação . Acessórios . Digitalização de acervos

acesse e conheça
www.4k.tv.br
15 3218.1178



Workshops disseminam informação em diversas cidades do País

Iniciativa permite acesso e compartilhamento de conteúdo

DA REDAÇÃO

Com o intuito de disseminar os seminários da Astral pelo País e divulgar as iniciativas das assembleias legislativas, as emissoras se mobilizam e organizam encontros para debater diversos temas e propagar a rede. “Nos últimos dois anos, a Associação tem proporcionado às emissoras legislativas de todo o País acesso ao conhecimento e informação a respeito de temas que vão de aspectos legais para a operação dos canais até modelos de funcionamento, administração e conteúdo. Na região Sudeste, foram quatro workshops (Minas Gerais e São Paulo) e, na região Nordeste, foram dois (Rio Grande do Norte e Pernambuco), eventos que a cada edição atraem mais gente interessada na expansão do sinal das emissoras, em

especial na Rede Legislativa de TV Digital – que já conta com um público potencial de mais de 30 milhões de pessoas”, conta Antônio Vital, presidente da Astral.

A TV Assembleia do Rio Grande do Norte, por exemplo, terceira do País a estruturar sua própria emissora, comemora seus dez anos de atividades com uma extensa programação especial, que começa em setembro e se estende até dezembro deste ano. Entre os destaques está a realização do “Seminário sobre Comunicação Pública”, nos dias 25 e 26 de setembro, que será aberto para estudantes e profissionais de comunicação, além de um grande show musical com artistas da terra, em praça pública. Ambos os eventos serão transmitidos ao vivo. Também está prevista a produção de diversos programas jornalísticos e culturais especiais, que deverão compor a grade da emissora potiguar que, no início do próximo ano, deve entrar no ar em canal digital e, desde 2008, opera em sinal aberto na Grande Natal e em mais seis municípios do estado (Lagoa Nova, Caicó, Pau dos Ferros, Nova Cruz, Assú e Santa Cruz), bem como em canal fechado nos municípios de Natal, Currais Novos, Mossoró e Açú.

Além do Rio Grande do Norte, nos dias 21 e 22 de março, foi realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo o workshop sobre TV Digital e programação/conteúdo. Representantes de mais de 50 emissoras legislativas de todo o País participaram do evento. Além de notícias a respeito do andamento da Rede Legislativa, o encontro girou em torno do conteúdo e da programação das emissoras. “Os eventos tiveram como objetivo apresentar modelos adotados em diversos estados



Em Recife, a pauta reuniu diversos especialistas

e municípios e não apresentar uma receita pronta, já que as emissoras estão em diferentes estágios de operação”, pontua Vital.

Os cerca de 200 participantes do encontro tiveram acesso a experiências de emissoras consolidadas, como a TV Assembleia de Minas Gerais, a primeira do País. Fernanda Avelar, gerente de reportagem da emissora, e Sarah Penido, coordenadora de produção, apresentaram um panorama da programação da TV, que prioriza produções próprias e é uma das mais bem equipadas do Brasil. Elas mostraram trechos dos programas “Minas é muitas”, “Geração” e “TV Escola”, que inovam na linguagem, sem deixar de lado o conteúdo legislativo. A TV Assembleia do Rio Grande do Norte foi representada pelo diretor Maurício Pandolphi, a gerente Marines Navarro e o secretário-geral da Fundação Djalma Marinho, Cícero Torquato. Eles levaram como exemplo de programa o inovador “Cafundó”, que discute a cultura do estado com bom humor. “Até emissoras comerciais quiseram comprar o programa”, disse Pandolphi para ilustrar o sucesso e aceitação do público.

Na oportunidade, Marcelo Malacrida, da TV Câmara de Bauru (SP), resumiu o que considera fundamental nas emissoras, independente dos formatos de programação que adotarem: “Temos que produzir com qualidade e investir em pessoal qualificado”. Dentro dessa ótica foram apresentadas experiências como a da TV Câmara de Piracicaba (SP), que optou por fazer concurso público para preencher não só os cargos de jornalistas, como também do pessoal da técnica, como repórteres cinematográficos. “O pessoal terceirizado não tem o mesmo compromisso com a instituição”, explicou a diretora Marisa Libardi, de Piracicaba.

Além da produção própria, o evento mostrou exemplos de parceria de emissoras legislativas com órgãos públicos e até entidades da sociedade civil. “Nós temos parcerias com a Federação das Indústrias da Bahia na realização do programa Indústria em Foco”, contou José Acúrcio Vaz, presidente da Fundação Paulo Jackson, instituição que gerencia a emissora. Dez emissoras levaram amostras dos seus programas e opções de conteúdo: TV Assembleia de Minas Gerais, TV Assembleia de Mato Grosso, TV Câmara de Piracicaba, TV Assembleia do Maranhão, TV Assembleia do Rio Grande do Norte, TV Câmara de Bauru, TV Câmara de Tupã e TV Assembleia do Rio Grande do Sul.

O encontro teve, ainda, outras atrações,

“Os eventos tiveram como objetivo apresentar modelos adotados em diversos estados e municípios e não apresentar uma receita pronta, já que as emissoras estão em diferentes estágios de operação”

Antonio Vital

como o debate sobre a contratação de produção independente. Getsemane Silva, da TV Câmara (da Câmara dos Deputados) contou como a emissora adquiriu produtos como documentários graças à modalidade de concorrência denominada “pitching”. Participou da mesa redonda o diretor-executivo da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (AB-PIT), Mauro Garcia.

Um dos pontos altos do encontro, porém, foi a presença do representante do Ministério das Comunicações, Octávio Penna, diretor de Avaliação e Acompanhamento de Outorgas do órgão. Ele explicou aos presentes as opções técnicas para ocupação da chamada faixa de 700 Mhz, faixa disputada pelas empresas de telefonia fixa e atualmente ocupada pela maioria das tevês legislativas. Penna defendeu a adoção de modelo alternativo, como canais VHF, mas foi duramente questionado pelos representantes da Astral Luiz



Acúrcio e Antonio Vital reunidos na AL - SP



Em Recife, o debate ocorreu no Centro de Convenções de Pernambuco

Flávio Menezes (engenheiro da TV Câmara) e Evelin Maciel e Sueli Navarro, responsáveis pela Rede Legislativa de TV Digital da Câmara dos Deputados. A eventual mudança de numeração de canal era uma das principais preocupações da maioria dos presentes, em especial dos representantes das emissoras que recém haviam adquirido seus equipamentos.

Durante todo o evento, os participantes tiveram acesso a uma exposição de equipamentos de tecnologia de ponta voltados para emissoras de TV, como transmissores, antenas e outros componentes, na Exposição Tecnologia de TV Digital, também na Assembleia Legislativa de São Paulo – na área externa do Auditório Paulo Kobayashi.

Outra oportunidade semelhante ocorreu no dia 22 de maio, em Recife (PE), onde a Astral levou informações sobre o aspecto legal do funcionamento das emissoras para

representantes de canais legislativos de todo o País. Foi no Workshop sobre TV Digital e Legislação, promovido dentro da programação da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, no Centro de Convenções de Pernambuco.

Como não podia deixar de ser, o evento esclareceu dúvidas e fez um balanço do andamento da Rede Legislativa de TV Digital – painel apresentado por Evelin Maciel e Luiz Flávio Menezes, da Câmara dos Deputados. Também houve uma apresentação de modelos de contratação e licitação por Cláudio Roberto de Araújo – também da Câmara dos Deputados. Por último, foram discutidos programação e direitos autorais e acessibilidade por Alessandra Anselmo, da Câmara dos Deputados, e Rodrigo Barreto de Lucena, diretor da TV Assembleia de Minas Gerais.

Antes dos dois workshops

do primeiro semestre de 2013, a Astral promoveu encontros informativos dos mesmos moldes em Natal (RN) e Pouso Alegre (MG). O Workshop Regional sobre TV Digital – Nordeste, promovido pela Astral, foi um dos destaques da XVI Conferência Anual na União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais (Unale), realizada em Natal, em maio de 2012. O evento levou à região informações sobre a Rede Legislativa de TV Digital e teve a participação de representantes de vários estados brasileiros, além de técnicos especialistas na tecnologia digital.

A formação da rede legislativa de TV digital foi o eixo em torno do qual girou a maioria dos painéis apresentados no workshop. O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ricardo Motta, destacou a contribuição das emissoras legislativas ao processo de democratização do País, ao divulgarem e popularizarem as atividades parlamentares. “Como legislador, sei da relevância da produção desse conteúdo para a população. Vou às ruas e recebo o feedback imediato das sessões plenárias e de outros eventos que os cidadãos veem na TV Assembleia”, disse ele, se referindo às atividades da TV Assembleia do Rio Grande do Norte.

O evento de Natal foi o segundo workshop promovido pela Astral. Em 2011, o primeiro encontro foi realizado em Pouso Alegre (MG), município localizado no centro de um polo de tecnologia na fronteira de São Paulo com Minas Gerais. Na ocasião, mais de cem representantes de emissoras legislativas de todo o Brasil trataram da expansão do sinal de TV digital. ▀

LEIA A REVISTA DA ASTRAL

Agora, também, em versão digital no:
www.astralbrasil.org



REVISTA DA ASTRAL

A melhor maneira de saber o que acontece na rede de comunicação, que leva aos brasileiros as notícias do Legislativo nos municípios, estado e no Congresso Nacional.

ANUNCIE NA REVISTA DA ASTRAL:

Fale com a EMBRASEC – Edmilson Oliveira
comercial@embrasec.com.br
+55 (11) 2979-0806

ASTRAL - Associação Brasileira das TVs e Rádios Legislativas
Tel.: +55 (61) 3037-3773
www.astralbrasil.org

INCLUSÃO DEMOCRÁTICA

A AD DIGITAL tem tudo o que você precisa para colocar sua emissora pública no ar, oferecendo uma solução completa, cuidando do seu projeto do início ao fim.

DESIGNARCADE

A TV Digital Pública Interativa

permite oferecer à população acesso gratuito aos serviços prestados pelo governo em áreas como saúde, educação, segurança, cultura, previdência social, assistência social, entre outras. O cidadão economiza tempo e dinheiro, aumenta seu nível educacional e cultural, tudo isso sem sair de casa.

A AD Digital há 19 anos oferece os serviços de instalação, treinamento, suporte 24x7, acompanhamento/ operação assistida, consultoria para elaboração do termos de referência, fornecimento de toda a infraestrutura, além de todo o apoio necessário para tornar seu projeto realidade, seja ele Web Portal, Canal Cidadão ou Emissoras.

- ▶ Instalação, treinamento e acompanhamento
- ▶ Fornecimento de infraestrutura completa
- ▶ Consultoria para termos de referência
- ▶ Qualificação técnica (CREA, CEAT, etc.) para Vistoria Técnica do local

Exemplos de serviços que podem ser oferecidos a população:

- ▶ Vagas de Empregos
- ▶ Justiça Eleitoral
- ▶ Benefícios Sociais
- ▶ Cursos Gratuitos/ Educação à Distância
- ▶ Concursos Públicos
- ▶ Direitos do Cidadão
- ▶ Chat em tempo real ou mensagem com candidatos eleitorais
- ▶ Pagamento de Taxas e Impostos
- ▶ Serviço Militar
- ▶ Programa Minha Casa, Minha vida
- ▶ Saúde e Atendimento Médico

Massa crítica: A televisão está presente em 98% dos lares urbanos e em 96% dos lares rurais, segundo IBGE, 2010.

Integração de sistemas para Produção, Gerenciamento e Distribuição de Conteúdo

Conheça mais sobre a AD Digital e nossas soluções:

Fone: +55 11 3467-3353 vendas@ad-digital.net www.ad-digital.net

